



Instituto Universitário
de Ciências Psicológicas,
Sociais e da Vida

**CRENÇAS CRIMINÓGENAS NO CICLO DE VIDA:
UM ESTUDO EM ADULTOS DA POPULAÇÃO GERAL**

CATARINA FERNANDES SANTOS

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Professor de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Miguel Basto Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

AGRADECIMENTOS

Para além de resultar de um ano letivo de empenho e trabalho, esta dissertação é o culminar de um caminho percorrido ao longo dos anos, pautado por incertezas, frustrações, dificuldades, mas fundamentalmente por desafios, aprendizagens, alegrias e conquistas. Um percurso sempre partilhado, incentivado e apoiado, por todos aqueles que de uma forma ou de outra estiveram presentes na minha vida.

Um agradecimento ao Professor Doutor Miguel Basto Pereira, por todo o seu trabalho, não só como orientador desta tese, mas também como professor que marcou o meu percurso académico. Dos Métodos de Investigação e Teorias do Crime ao Seminário de Dissertação, o conhecimento que transmitiu foi imensamente útil e gratificante. Pela disponibilidade e acessibilidade, pela paciência para as minhas mil dúvidas e por toda a dedicação e acompanhamento durante o último ano, obrigada!

Às pessoas com quem me cruzei e que conheci. Cada partilha, conversa e amizade teve o seu papel e importância. Ficam memórias das intermináveis tardes de trabalhos de grupo, dos intervalos no Horácio e dos bons momentos passados em Alfama. À instituição que me acolheu durante estes anos: o futuro é desconhecido, mas tornar-me estudante do ISPA foi um para mim um importante virar de página que, em última instância, me trouxe até aqui.

Não poderia deixar de agradecer, principalmente, àqueles que estão sempre comigo onde quer que eu esteja. Os meus pilares e alicerces.

Um obrigada muito especial à Ana. Sinto-me verdadeiramente sortuda por te ter conhecido. Foste e és uma peça essencial. O teu apoio, motivação e paciência para as minhas crises existenciais são insubstituíveis. As tuas palavras e presença sempre fizeram toda a diferença. Contigo, vivi coisas que nunca esperei viver nos últimos três anos e a força que demonstras no teu dia-a-dia inspira-me no meu.

À minha avó, por pensar em mim todos os dias. Aos avós que já não cá estão, mas que estão sempre na memória e pensamento, por tudo o que me deram e ensinaram.

Ao meu irmão Henrique – que me tira do sério e que faz de mim uma pessoa menos séria – obrigada por me fazeres rir e por me apoiares à tua maneira. É incrível ver-te crescer e saber que, mesmo separados por um oceano, não há distância e fuso horário que nos afaste. Os desafios que escolhes para ti, a resiliência que tens construído e a pessoa incrível que és enchem-me o coração.

Finalmente, quero expressar uma gratidão imensurável aos meus pais, absolutamente essenciais neste percurso. Obrigada por todas as oportunidades que sempre me proporcionaram,

todas as portas que me ajudaram a abrir e por estarem sempre ao meu lado. A vossa honestidade, determinação e inteligência inspiram-me. O vosso espírito altruísta, incansável e trabalhador é o maior exemplo da minha vida. Mãe, pela generosidade e prontidão inigualáveis. E pai, pela autenticidade e pragmatismo. Qualquer palavra nunca será suficiente para vos descrever. Obrigada por acreditarem em mim mesmo em momentos em que eu não acredito!

Por último, uma mensagem para mim mesma: obrigada por continuares, mesmo quando desistir era a opção mais fácil. Que te lembres de tudo o que já conseguiste alcançar. Que te libertes cada vez mais daquilo que te limita, que te foques menos no passado e encares o futuro de braços abertos. O tempo é de cada um. Cada caminho é um caminho. Continua a traçar o teu.

RESUMO

As crenças criminógenas permitem a racionalização do comportamento antissocial, tendo por isso um papel fundamental na delinquência. Estudos sugerem uma relação negativa com a idade, mas poucos abordam diferenças na forma como se manifestam ao longo da vida. São também diminutos os estudos que abarcam várias faixas etárias do ciclo de vida. Assim, a presente investigação pretende: 1) Explorar as propriedades psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) em adultos portugueses; 2) Averiguar e identificar diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes faixas etárias do ciclo de vida. O estudo utilizou 598 adultos da população geral, entre os 18 e 89 anos, agrupados consoante a sua faixa etária: fim da adolescência/início da idade adulta; idade adulta; meia idade; idosos. A validade de construto da CCS foi testada através da análise fatorial exploratória, resultando numa versão unidimensional de 16 itens, com propriedades psicométricas satisfatórias. As crenças criminógenas expressaram-se de forma distinta entre as faixas etárias do ciclo de vida analisadas. O seu nível médio foi significativamente maior no final da adolescência/início da idade adulta, diferindo estatisticamente dos restantes grupos etários. Entre os grupos etários que sucedem ao final da adolescência/início da idade adulta não houve diferenças significativas, embora os idosos tenham demonstrado um ligeiro aumento destas crenças. Contrariamente ao esperado, as crenças criminógenas não diminuíram progressivamente ao longo de todas as faixas etárias estudadas, pelo que não acompanharam inteiramente o padrão da curva idade-crime descrita na literatura. Oferecem-se sugestões para investigações futuras, assim como recomendações clínicas e sociais.

Palavras-Chave: Crenças criminógenas; Diferenças etárias; Ciclo de vida; Crime; Delinquência; Propriedades psicométricas.

ABSTRACT

Criminogenic cognitions allow for the rationalization of antisocial behavior, thus playing a fundamental role in delinquency. Studies suggest a negative relationship with age, but few approach differences in how criminogenic cognitions manifest throughout life and few include several age groups of the life-course. Therefore, the present research aims to: 1) Explore the psychometric properties of the Criminogenic Cognitions Scale (CCS) in an adult Portuguese sample. 2) Investigate and identify differences in the level of criminogenic cognitions, among different age groups of the life-course. The sample of this study was comprised of 598 adults of the general population, between 18 and 89 years old, grouped according with age: end of adolescence/start of adulthood; adulthood; middle age; elderly. Construct validity of the CCS was assessed with exploratory factor analysis, which resulted in 16 item, one-dimensional version with satisfactory psychometric properties. Criminogenic cognitions expressed themselves differently among the studied age groups of the life-course. Their average level was significantly higher at the end of adolescence/start of adulthood, where they significantly differed from other age groups. No significant differences between age groups were found following the end of adolescence/start of adulthood, although the elderly exhibits a slight average increase in the level of these cognitions. Contrary to what was expected, criminogenic cognitions did not progressively decrease throughout all age groups that were analyzed and hence did not entirely follow the pattern of the age-crime curve described in literature. Suggestions for future research, as well as clinical and social recommendations are offered.

Key-Words: Criminogenic cognitions; Age differences; Life-course; Crime; Delinquency; Psychometric properties.

LISTAGEM DE ABREVIATURAS

AS Spectrum – Antisocial Spectrum

CCS – Escala de Crenças Criminógenas

CMD – Civic Moral Disengagement Scale

HIT – How I Think Questionnaire

MDS – Moral Disengagement Scale

PICTS – Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles

SEC-Q – Questionário de Competências Emocionais e Sociais

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	1
1. A Delinquência no Ciclo de Vida.....	1
2. Crenças Criminógenas: A Questão Terminológica	2
3. O Papel das Crenças Criminógenas.....	4
4. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida	6
5. O Ciclo de Vida: Perspetivas Criminológicas	8
6. Limitações do Estado da Arte.....	10
7. A Presente Investigação	11
II. MÉTODO	13
1. Participantes	13
2. Instrumentos.....	14
4. Procedimento	15
5. Estratégia Analítica	16
III. RESULTADOS	17
1. Propriedades Psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS).....	17
1.1. Validade de Construto: Análise Fatorial Exploratória.....	17
1.2. Fiabilidade: Consistência Interna	18
1.3. Validade Convergente	19
1.4. Validade Divergente.....	19
2. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida	19
2.1. Diferenças entre Faixas Etárias	19
IV. DISCUSSÃO	22
1. Propriedades Psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS).....	22
2. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida	24
3. Limitações e Estudos Futuros	30
4. Recomendações Clínicas e Sociais.....	31
5. Considerações Finais	32
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
VI. ANEXOS	40
Anexo I – Consentimento Informado	40
Anexo II – Questionário Sociodemográfico	41
Anexo III – Escala de Crenças Criminógenas (CCS).....	42

Anexo IV – Escala AS Spectrum.....	44
Anexo V – Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q).....	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Dados Sociodemográficos	13
Tabela 2. Matriz de 1 fator da Escala de Crenças Criminógenas (CCS).....	18
Tabela 3. Correlações de Pearson entre a CCS Total e AS Spectrum.....	19
Tabela 4. Correlações de Pearson entre a CCS Total e SEC-Q	19
Tabela 5. ANOVA para análise de diferenças entre os grupos etários.....	20
Tabela 6. Comparações múltiplas de médias da CCS Total entre os grupos etários.....	20

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Nível médio de crenças criminógenas ao longo dos grupos etários	21
---	----

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A Delinquência no Ciclo de Vida

Nos últimos anos, os níveis de crime têm estabilizado ou diminuído de forma praticamente universal (Dijk et al., 2021). Ainda assim, os custos da criminalidade para as vítimas, ao nível judicial e governamental, assim como as implicações para o próprio ofensor, legitimam a importância de continuar a investigar e a implementar estratégias face a este fenómeno (McCollister et al., 2010). Vaughn et al. (2011) revelam que 5.3% das pessoas apresentam uma conduta antissocial intensa e patológica, enquanto 28.7% exibe comportamentos antissociais menos severos. Múltiplas abordagens teóricas têm sido propostas para explicar o desenvolvimento e a evolução comportamento desviante durante a vida (e.g. Farrington, 2005; Loeber et al., 1993; Moffit, 1993; Sampson & Laub, 2003;).

De acordo com LeBlanc (2009), o estudo da delinquência numa perspetiva de ciclo de vida permite esclarecer as características destes comportamentos e a forma como se manifestam ao longo do tempo, tendo em conta a sua continuidade e mudança. Além dos modelos teóricos, alguns estudos longitudinais têm contribuído para a compreensão da forma como o comportamento criminal evolui ao longo da vida (Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2016; Sampson & Laub, 2003). Os resultados mais recentes do Cambridge Study in Delinquent Development (Farrington et al., 2013), que acompanhou indivíduos dos 8 até aos 56 anos de idade, demonstraram um pico do comportamento delinvente e do número de ofensores aos 17 anos, com um declínio significativo ao longo das idades subsequentes. Em média, verificou-se uma carreira criminal de aproximadamente 10 anos, com a última contraordenação cometida por volta dos 30 anos. Apenas 10% cometeram crimes após os 41 anos.

O Pittsburgh Youth Study (Jennings et al., 2016) é outro estudo longitudinal que acompanhou sujeitos até aos 30 anos de idade. A amostra do estudo inclui um grupo mais jovem de participantes, que no momento da seleção se encontrava no primeiro ano escolar, e um grupo mais velho, que se encontrava no sétimo ano. Segundo registos oficiais, os indivíduos do grupo mais jovem assinalaram o maior número de ofensores ativos aos 19 anos e o nível mais elevado de comportamento delinvente aos 18 e 19. De modo geral, após os 19 anos observou-se um declínio na atividade criminal que se estendeu até aos 30. Os sujeitos do grupo mais velho também registaram um maior número de crimes cometidos e ofensores ativos na adolescência, aos 15 e 16 anos, respetivamente. Um decréscimo da atividade criminal ao longo da idade adulta foi observado. Em média, o estudo verificou que o último ato desviante foi cometido

sensivelmente entre os 21 e 23 anos e uma carreira criminal de 4 a 6 anos, com um início aproximadamente aos 17 anos.

Não obstante, o estudo dos Glueck (Glueck & Glueck, 1950; Sampson & Laub, 2003) continua a ser o que oferece informação mais completa acerca da forma como a delinquência se manifesta durante a vida. O estudo, que acompanhou indivíduos desde os 7 até aos 70 anos de idade, engloba sensivelmente a totalidade do ciclo de vida. Registou um forte pico da atividade criminal na adolescência, com 84% das detenções registadas entre os 17 e 24 anos e, subsequentemente, um declínio progressivo ao longo da idade adulta. Entre os 25 e 31 anos registaram-se 65% das detenções, 60% entre os 32 e 39 anos, 44% entre os 40 e 49 e 23% entre os 50 e 59. Entre os 60 e 69 anos, a curva-idade crime começou a dissipar-se, com uma percentagem de apenas 12% das detenções totais. Em média, observou-se uma idade de desistência aproximadamente aos 38 anos e uma carreira criminal com a duração de 25.6 anos.

2. Crenças Criminógenas: A Questão Terminológica

De acordo com Farrington (2003), olhar o comportamento criminal numa perspetiva de ciclo de vida é compreender o seu desenvolvimento, tendo em conta as alterações individuais e o impacto causado pelos eventos de vida, bem como os fatores de risco que se manifestam ao longo das suas várias fases. Andrews e Bonta (2010) apontam oito principais aspetos associados à manutenção do comportamento criminal. Entre eles, quatro – *os Big Four* – assumem-se como os preditores mais fortes, são eles uma história de comportamento antissocial, um padrão de personalidade antissocial, a associação a pares antissociais e uma *cognição antissocial* – isto é, atitudes, valores e crenças que sustentam o comportamento criminal.

A cognição antissocial tem sido sublinhada por vários autores que defendem a sua importância e papel facilitador para a conduta desviante. A literatura apresenta um considerável leque de terminologias e um conjunto de instrumentos assentes na ideia de que, em parte, as pessoas envolvem-se em atos desviantes, pois usam processos e estratégias que possibilitam a racionalização destes comportamentos e a minimização das suas consequências.

Sykes e Matza (1957) postularam que a delinquência está assente num conjunto de justificações e racionalizações, *técnicas de neutralização*, que possibilitam e levam ao cometimento de atos desviantes. Estas técnicas evitam a autoculpabilização e anulam os mecanismos de controlo social, permitindo que seja adotado um estilo de vida antissocial sem consequências negativas para o autoconceito, tais como a culpa e vergonha. Estas técnicas de neutralização ocorrem não só após o comportamento desviante, como também o antecedem. Entre elas estão a negação da responsabilidade individual, a negação do mal causado ao outro,

negação da existência de uma vítima e a condenação de quem reprova o comportamento desviante do próprio.

Na mesma linha encontram-se os *padrões de pensamento criminal*, que segundo Yochelson e Samenow (1976), estão na origem de comportamentos disfuncionais e antissociais. Consistem em erros automáticos no processo de pensamento, frequentemente associados a emoções, e em processos cognitivos presentes antes, durante e após o cometimento do crime, desde a ideia à concretização. Posteriormente, Walters (2012) descreve *estilos de pensamento criminal*, crenças, atitudes e racionalizações que legitimam o comportamento criminal, e cria o Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS) (Walters, 2002).

O *desengajamento moral* (Bandura et al., 1996; Caprara et al., 2009) é uma concepção semelhante. Segundo Bandura et al. (1996), as pessoas agem de acordo com os padrões morais e sociais vigentes, exercendo influência sobre seu próprio comportamento para que assim se mantenham, de forma a evitar consequências negativas para si mesmas. No entanto, quando são capazes de justificar perante si atos que violam normas morais, emerge uma conduta censurável livre de autossanções ou culpa. Ocorre um processo de reestruturação cognitiva com base em mecanismos de desengajamento moral, tais como a desumanização do outro, o deslocamento da responsabilidade e a externalização da culpa, que reduzem a dissonância entre as normas morais e o comportamento antissocial. Instrumentos como a Moral Disengagement Scale (Bandura et al., 1996) e, mais recentemente, a Civic Moral Disengagement Scale (CMD; Caprara et al., 2009) contribuem para o estudo destes fenómenos cognitivos.

Com base no trabalho Beck (1963), autores como Barriga (Barriga & Gibbs, 1996; Barriga et al., 2000) distinguiram dois tipos de distorções cognitivas, *self-debasing* e *self-serving*. As primeiras, são crenças que desvalorizam o próprio indivíduo na relação que mantém consigo mesmo e com o mundo. As segundas, são promotoras da desinibição necessária à conduta antissocial e subsistência da mesma. Num primeiro nível, as distorções cognitivas self-serving envolvem autocentração, culpabilização do outro, minimização do sofrimento causado e atribuição de intenções hostis ao outro. A um nível secundário, permitem ao indivíduo anular a culpa associada às transgressões e proteger o seu autoconceito de atribuições negativas, antes ou após serem cometidos os atos desviantes. O How I Think Questionnaire (HIT) é frequentemente utilizado para avaliar este tipo de processos (Barriga et al., 2001; Veloso, 2013).

Por sua vez, Tangney et al. (2012) utilizam o termo *crenças criminógenas*. Estas são definidas como distorções ou cognições antissociais que possibilitam ao indivíduo racionalizar, legitimar e perpetuar o comportamento criminal. As crenças criminógenas permitem a quem comete crimes isentar-se da responsabilidade pelos seus atos e minimizar as consequências

negativas dos mesmos para as vítimas e para si. Segundo os autores, as crenças criminógenas podem manifestar-se sob cinco diferentes formas: *entitlement*, incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos, orientação a curto-prazo, insensibilidade ao impacto do crime e atitudes negativas em relação à autoridade. Tangney et al. (2002) oferecem um instrumento capaz de avaliar crenças criminógenas nas suas diferentes dimensões. A Criminogenic Cognitions Scale ou, em português, Escala de Crenças Criminógenas (CCS), assume-se como uma ferramenta fiável, eficiente e prática, nomeadamente por ser mais curta comparativamente a outras medidas e passível de ser utilizada em diferentes contextos (Tangney et al., 2012).

Tal como afirmam Maruna e Mann (2006), não existe uma designação ou definição universal para os processos que aqui se tratam. Os processos cognitivos subjacentes à delinquência assumem-se na literatura sob nomenclaturas distintas, consoante diferentes autores ou conceções teóricas. As várias designações representam, manifestamente, processos análogos, possuindo características comuns. São, no fundo, termos que se referem “a atitudes que suportam a conduta criminal, ao processamento cognitivo presente durante um ato criminal, bem como a neutralizações *post-hoc* ou desculpabilizações para a perpetração de crimes” (Maruna & Mann, 2006, p. 155).

3. O Papel das Crenças Criminógenas

Vários estudos na literatura confirmam a influência das crenças criminógenas no comportamento antissocial. A metanálise de Gendreau et al. (1996), apontou as necessidades criminógenas, isto é, a cognição, valores e comportamentos antissociais, como um forte preditor da reincidência criminal. Walters e DeLisi (2013) concluíram que a cognição antissocial era mediadora parcial da relação entre a criminalidade passada e futura, assumindo-se como um elo entre os dois momentos quando controladas outras variáveis. Para além disso, verificaram que a cognição antissocial era, não só um aspeto propiciador do comportamento antissocial, mas que também surgia em função do mesmo. Por sua vez, Thornberry et al. (1994) sugerem a existência de uma interação entre pares delinquentes, crenças delinquentes e comportamento delinvente na adolescência. Demonstraram que as crenças delinquentes foram responsáveis por um aumento do comportamento delinvente e da associação a pares delinquentes. Segundo os autores, a associação a pares delinquentes terá fortalecido ainda mais as crenças delinquentes dos sujeitos. Verificaram também que a associação a pares delinquentes provocou um aumento do comportamento delinvente e vice-versa.

Num estudo com adolescentes e adultos, ofensores e não ofensores, Wallinius et al. (2011) encontraram níveis mais elevados de distorções cognitivas self-serving nos grupos de ofensores. Liau et al. (1998) demonstraram uma associação entre as distorções cognitivas self-serving e o comportamento antissocial em adolescentes delinquentes, sendo ambos mais elevados do que na população não delincente. Constataram que o tipo de distorção cognitiva, self-serving ou self-debasing, foi um fator decisivo na determinação do tipo de comportamento desviante, confrontativo ou não confrontativo. De forma semelhante, entre adolescentes detidos e não detidos, Barriga et al. (2000) verificaram um maior nível de distorções cognitivas e problemas comportamentais nos adolescentes que se encontravam em privação de liberdade. Observaram que o tipo de distorção cognitiva estava significativamente associado à variação dos comportamentos problemáticos – as distorções cognitivas self-serving relacionadas com comportamentos de externalização e as self-debasing associadas a comportamentos de internalização. Esta foi uma relação também verificada por Barriga et al. (2008).

A metanálise de Helmond et al. (2015) é consistente com os estudos anteriores, tendo confirmado que um elevado nível de distorções cognitivas está associado a níveis mais altos de comportamentos problemáticos de externalização. Tal sustenta a hipótese de que as distorções cognitivas desempenham um papel importante no que diz respeito a este tipo de comportamentos, independentemente do género, etnia ou idade.

O estudo de Chabrol et al. (2011) apontou as distorções cognitivas self-serving como um preditor significativo do comportamento antissocial. Não obstante, os autores verificaram que as distorções cognitivas tiveram um maior impacto nos adolescentes com elevados traços psicopáticos, do que naqueles com baixos traços psicopáticos. Foi também demonstrada uma associação moderada entre as distorções cognitivas self-serving e os traços psicopáticos dos adolescentes da amostra. Num outro estudo com adolescentes, Leeuwen et al. (2014) testaram a relação entre distorções cognitivas self-serving, traços de insensibilidade/afeto restrito e comportamentos antissociais. Para além de terem encontrado evidências significativas do impacto das distorções cognitivas no comportamento antissocial, observaram que os traços de insensibilidade eram mediadores desta relação. As distorções cognitivas self-serving assumiram-se também como moderadoras da relação entre os traços de insensibilidade e o comportamento antissocial. Salienta-se, assim, o papel motivador e decisivo que este tipo de processos cognitivos possui para adoção de uma conduta delincente.

Ao estudarem crenças criminógenas em adultos, Tangney et al. (2012) identificaram correlações positivas com diversas variáveis como o comportamento antissocial, história de comportamento criminal, psicopatia, sintomas de personalidade antissocial, egocentrismo,

procura de estímulos, externalização da culpa, agressão autorreportada, agressão verbal e física, atitudes agressivas, risco e potencial para a violência. Tal como Barriga et al. (2009), demonstraram uma relação inversa entre as distorções cognitivas self-serving e a empatia. Observaram também que as crenças criminógenas se encontravam negativamente associadas a aspetos como a culpa, autoestima, autocontrolo e ligação à comunidade geral. Pelo contrário, verificaram uma correlação positiva entre as crenças criminógenas e a ligação à comunidade criminosa, isto é, a uma rede pares que comete atos criminais.

Outros estudos sugerem uma associação entre o desengajamento moral e o comportamento antissocial (Paciello et al., 2008; Shulman et al., 2011). Paciello et al. (2008) concluíram que o desengajamento moral estava relacionado com a frequência de participação em atos agressivos e violentos no final da adolescência. Shulman et al. (2011) encontraram uma associação positiva entre o aumento do desengajamento moral e uma maior probabilidade de cometer atos delinquentes. Além disso, sugerem que o efeito do desengajamento moral no comportamento delinvente é maior do que o efeito que o comportamento delinvente exerce em relação ao desengajamento moral.

4. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida

Numa perspetiva de ciclo de vida, o fenómeno das crenças criminógenas permanece um tema pouco estudado. Embora existam estudos que informam acerca da relação das crenças criminógenas com a idade, a literatura é, de certa forma, limitada. São poucos os estudos que têm como objetivo principal compreender a forma como as crenças criminógenas evoluem ao longo da vida. Além disso, são raros os que englobam um considerável leque de idades ou diferentes faixas etárias do ciclo de vida, identificando diferenças etárias específicas.

Ao investigarem as propriedades psicométricas da PICTS para uma população prisional inglesa, Palmer e Hollin (2003) encontraram uma associação negativa entre os estilos de pensamento criminal e a idade, que também foi identificada por Walters et al. (2007). Packer et al. (2009) exploraram a relação do autocontrolo com o pensamento criminal em ofensores toxicodependentes entre os 19 e 49 anos e concluíram que a idade estava negativamente correlacionada com o pensamento criminal, nomeadamente com a necessidade de poder e controlo. De forma semelhante, num estudo em que procuraram identificar os ofensores que teriam uma maior probabilidade de recorrer a crenças criminógenas no dia-a-dia, Mandracchia e Morgan (2012) observaram uma associação negativa da idade com aspetos como imaturidade cognitiva, egocentrismo, pensamento maladaptativo, pensamento criminal, e atitudes criminais. Por sua vez, ao explorar as propriedades psicométricas da CCS em indivíduos de idades

compreendidas entre os 18 e 69 anos, Tangney et al. (2012) verificaram uma relação negativa entre a idade e crenças criminógenas, sugerindo, mais uma vez, que o aumento da idade está relacionado com um decréscimo deste tipo de crenças.

Embora a maioria dos estudos encontre uma relação inversa das crenças criminógenas com a idade, existem estudos que não encontraram qualquer associação entre as duas variáveis (Mandracchia e Morgan, 2010).

Dembo et al. (2007) compararam o pensamento criminal de adolescentes entre os 13 e 20 anos, com os índices de pensamento criminal de adultos (Knight et al., 2006), ambos em privação de liberdade. Concluíram que os adolescentes possuíam níveis mais elevados de pensamento criminal do que os adultos. Focando-se nestes dois grupos etários, Wallinius et al. (2011), compararam as distorções cognitivas de uma amostra de adolescentes – composta por jovens detidos, dos 14 aos 18 anos, e não detidos, dos 13 aos 18 anos – com uma amostra de adultos – composta por reclusos, dos 20 aos 58 anos, e estudantes universitários, dos 19 aos 24. Verificaram um maior nível de distorções cognitivas self-serving na adolescência do que na idade adulta, tanto nos ofensores como nos não ofensores.

Pelo contrário, ao estudarem a importância de um conjunto de fatores de risco para reincidência, Spruit et al. (2017) observaram que indivíduos no início da idade adulta, entre os 26 e 30 anos, demonstravam um maior nível de problemas de atitudes e orientação (e.g. atitudes pró-criminais) do que os indivíduos entre os 18 e 25 anos, no final da adolescência. Adicionalmente, constataram que este tipo de problemas era maior em sujeitos adultos, entre os 31 e 40 anos, do que nos sujeitos com idade superior a 41 anos.

Paciello et al. (2008) testaram adolescentes dos 12 e 20 anos, em cinco momentos distintos. Independentemente do género, o desengajamento moral diminuiu ao longo do tempo, com diferenças significativas entre os 14 e 16 anos. O estudo também identificou percursos distintos face à evolução do desengajamento moral: 1) 44.5% da amostra, cujos níveis moderados de desengajamento moral diminuíram ao longo do tempo; 2) 37.9%, com um baixo nível de desengajamento moral que sofreu um declínio considerável; 3) 6% da amostra cujos níveis médio-altos de desengajamento moral diminuíram apenas a partir dos 16 anos, depois de um aumento significativo; e 4) 10.7% dos jovens, cujos níveis médio-altos de desengajamento se mantiveram constantes ao longo das idades. À exceção do grupo que se manteve constante, todos demonstraram uma diminuição do desengajamento moral, sendo que um deles apenas o demonstrou a partir dos 16 anos. O estudo longitudinal de Shulman et al. (2011) que seguiu adolescentes delinquentes entre dos 14 e 17 anos, permitiu verificar uma tendência de diminuição no desengajamento moral ao longo do tempo.

Construtos como a psicopatia poderão também informar acerca da forma como o fenómeno das crenças criminógenas evolui ao longo da vida. Para além de se manifestar através de comportamentos antissociais, a psicopatia é uma perturbação que engloba um importante conjunto de traços interpessoais, afetivos, comportamentais e de estilo de vida. Entre estes incluem-se aspetos como a dificuldade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos, falta de empatia e ausência de culpa ou remorsos (Hare & Neumann, 2008). Ainda que seja um aspeto distinto dos processos cognitivos aqui em estudo, a psicopatia está positivamente associada às crenças criminógenas (Tangney et al., 2012) e engloba fenómenos idênticos àqueles que permitem aos indivíduos legitimar e racionalizar a comportamento antissocial.

Num estudo com sujeitos entre os 18 e 59 anos, Huchzermeier et al. (2008) observaram uma relação negativa da idade com a psicopatia e perturbação de personalidade antissociais, sugerindo que à medida que a idade aumenta os traços psicopáticos e antissociais diminuem. Contrariamente, estudos longitudinais apresentam indícios de estabilidade dos traços psicopáticos ao longo do tempo (Lynam et al., 2007; Lynam et al., 2008; Lynam et al., 2009). Lynam et al. (2008), por exemplo, encontraram indícios de estabilidade moderada ao avaliar a psicopatia aos 13 e, subsequentemente, aos 24 anos. Concluíram que níveis altos de psicopatia se mantiveram estáveis ao longo do tempo e verificaram que, em jovens com níveis baixos de psicopatia aos 13 anos, a presença de variáveis como um contexto socioeconómico familiar desfavorável, pares desviantes e punição física foi determinante para o aumento da psicopatia aos 24 anos.

5. O Ciclo de Vida: Perspetivas Criminológicas

O desenvolvimento da delinquência ao longo do ciclo de vida tem sido alvo de um debate que ainda permanece. Diversas perspetivas teóricas propõem modelos e explicações para a evolução e alterações do comportamento antissocial ao longo da vida, bem como para os processos de desistência do crime. O trabalho de Moffitt (1993), assim como o de Sampson e Laub (Laub & Sampson, 2001; Sampson & Laub, 2003, 2005) são particularmente relevantes por sugerirem abordagens diferentes acerca do modo como a delinquência se manifesta ao longo do tempo.

Moffitt (1993) classifica dois tipos de trajetórias delinquentes, correspondentes a fatores causais e de desenvolvimento distintos: a delinquência que persiste durante a vida e a delinquência limitada à adolescência. Para a autora, a delinquência que persiste no curso de vida traduz-se num trajeto antissocial que se estende desde a infância e longo da vida, de forma contínua e estável. Propõe que na origem desta trajetória estão fatores adversos, disruptores do

desenvolvimento, e défices neuropsicológicos que predizem um percurso delinvente persistente. Por outro lado, afirma que a maioria dos indivíduos delinquentes segue um percurso que surge e fica limitado ao período da adolescência. No caso da delinquência limitada à adolescência, Moffitt (1993) teoriza que os comportamentos desviantes surgem devido a um desfaseamento entre a idade biológica e social dos jovens, ao qual estão subjacentes um défice de maturidade e, simultaneamente, uma maior procura autonomia. Como consequência, é frequente que os adolescentes imitem o comportamento dos pares, nomeadamente daqueles com comportamentos desviantes, e que adotem um estilo de vida antissocial que finda no término desta faixa etária.

Enquanto Moffitt (1993) propõe dois percursos delinquentes que variam quanto à etiologia e, por conseguinte, quanto à persistência ou desistência, Sampson e Laub (2003) descrevem a evolução da delinquência de forma distinta. Defendem uma ideia essencial: com o avançar da idade, a desistência é a norma para todos os ofensores. O paradigma teórico que apresentam tem como base o estudo longitudinal dos Glueck (Glueck & Glueck, 1950) anteriormente mencionado, que acompanhou indivíduos durante mais de seis décadas, de crianças até idosos.

Deste estudo, que oferece até hoje o panorama mais completo acerca da forma como o crime evolui ao longo do ciclo de vida, Sampson & Laub (2003) destacam alguns aspetos chave: o comportamento criminal atinge o seu auge na adolescência, diminui gradualmente ao longo da idade adulta, começa a dissipar-se por volta dos 60 anos de idade, extinguindo-se na fase final da vida. Contrariamente a Moffitt (1993), os autores não identificaram grupos ou trajetórias distintas de ofensores no decurso da vida. Especificamente, não distinguiram ofensores persistentes, cujo percurso criminal durasse a totalidade do ciclo de vida de modo estável. O declínio significativo da atividade criminal na idade adulta mostrou ser universal. Isto é, tanto os sujeitos com um percurso de vida acentuadamente pautado por fatores adversos, como aqueles com características individuais mais favoráveis registaram, consecutivamente, uma subida acentuada, diminuição progressiva e extinção do comportamento delinvente (Sampson & Laub, 2003).

Sampson e Laub (2003, 2005) reconhecem a importância dos fatores de risco na infância, nomeadamente para o início do percurso criminal. Ainda assim, ao contrário de Moffitt (1993), consideram que os fatores adversos precoces não são, por si só, preditores eficazes da manutenção do comportamento criminal ao longo de todo o ciclo de vida.

Para Laub e Sampson (2001) a extinção do comportamento criminal é essencialmente um produto de processos complexos, envolvendo múltiplos fatores, ao nível desenvolvimental,

psicológico e sociológico. Neste sentido, os autores consideram a idade um aspeto decisivo, pois conduz inevitavelmente a determinados eventos da vida adulta (e.g. o casamento, o ingresso militar, uma nova situação laboral ou mudança de residência) que funcionam como mecanismos promotores da desistência. A criação de laços sociais implícita nestes pontos de viragem e, conseqüentemente, o controlo social informal que estes proporcionam são, de acordo com Sampson & Laub (2005), os verdadeiros responsáveis pela desistência do crime. Os mesmos promovem suporte, oportunidades de modificação de identidade e mudanças comportamentais. Simultaneamente, os autores atribuem importância à ação de cada indivíduo. Sugerem que, mesmo inconscientemente, são as suas escolhas que despoletam os eventos que dão início ao processo de desistência e ao compromisso com um estilo de vida pró-social (Laub & Sampson, 2001; Sampson & Laub, 2005). Deste modo, opondo-se à perspectiva de Moffitt (1993), defendem que ninguém está necessariamente determinado a uma ou outra trajetória delinvente após o final da adolescência.

Moffitt (1993), tal como Sampson e Laub (Laub & Sampson, 2001; Sampson & Laub 2003, 2005) propõem diferentes paradigmas que esclarecem o desenvolvimento do comportamento delinvente ao longo da vida. Farrington (2005) também oferece o seu contributo com a teoria do potencial antissocial. O potencial antissocial consiste na propensão que um indivíduo possui para agir de forma antissocial. A longo-prazo é afetado por de uma série de fatores de risco individuais (e.g. modelos antissociais, défices de vinculação e socialização, eventos de vida) e, a curto-prazo, por um número de fatores situacionais (e.g. frustração, consumo de substâncias, oportunidades desviantes, rotinas) (Farrington, 2005). O autor afirma que o potencial antissocial tende a variar com a idade, devido às mudanças provocadas pelos fatores individuais já mencionados e, de modo semelhante às perspectivas anteriores, Farrington (2005) acrescenta que o mesmo sofre um pico durante adolescência.

6. Limitações do Estado da Arte

Estudos prévios têm sugerido que as crenças criminógenas estão positivamente associadas (Barriga et al., 2000; Helmond et al., 2015; Leeuwen et al., 2014; Paciello et al., 2008; Tangney et al., 2012) e que são preditoras do comportamento delinvente (Andrews & Bonta, 2010; Chabrol et al., 2011; Gendreau et al., 1996). No entanto, a literatura que aborda estes fenómenos numa perspectiva de ciclo de vida possui algumas limitações.

Normalmente, os estudos que informam sobre as crenças criminógenas ao longo do ciclo de vida não têm este tema como objetivo principal. Além disso, a maioria dos estudos apenas descreve a associação que as crenças criminógenas possuem em relação à idade

(Mandracchia & Morgan, 2012; Packer et al., 2009; Palmer & Hollin, 2003; Tangney et al., 2012; Walters et al., 2007). Neste tipo de estudos, não são efetuadas comparações entre diferentes fases da vida ou identificadas diferenças etárias específicas no que se refere às crenças criminógenas. Por outro lado, mesmo quando são realizadas comparações, os estudos apresentam alguns problemas. Alguns focam-se apenas em faixas etárias mais jovens ou intervalos temporais mais curtos (Paciello et al., 2008; Schulman et al., 2011) e outros, apesar de incluírem momentos como adolescência, idade adulta e até meia idade, excluem a fase final da vida (Dembo et al., 2007; Spruit et al., 2017; Wallinius et al., 2011). De facto, a informação acerca das crenças criminógenas em idades mais avançadas é rara, sendo especialmente escassa no que diz respeito aos idosos.

O estudo das crenças criminógenas ao longo do ciclo de vida é também mais frequente em amostras não comunitárias, nomeadamente em indivíduos em privação de liberdade (Dembo et al., 2007; Mandracchia & Morgan, 2012; Packer et al., 2009; Palmer & Hollin, 2003; Shulman, et al., 2011; Tangney et al., 2012; Walters et al., 2007), existindo poucos dados acerca do modo como as crenças criminógenas se expressam na população geral, nas transições etárias naturais da vida.

7. A Presente Investigação

Os modelos teóricos e estudos longitudinais que informam acerca do ciclo de vida indicam uma diminuição da delinquência com o avançar da idade (e.g. Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2016; Sampson & Laub, 2003). De modo semelhante, os estudos que abordam a forma como as crenças criminógenas se manifestam durante a vida sugerem também este tipo de relação (Mandracchia & Morgan, 2012; Packer et al., 2009; Palmer & Hollin, 2003; Tangney et al., 2012; Walters et al., 2007). Todavia, as limitações presentes na literatura tornam relevante aprofundar o conhecimento acerca desta temática. Particularmente, serão mais valiosos os estudos que incluam um amplo leque de idades e diferentes faixas etárias, bem como os que informem acerca de como as crenças criminógenas se manifestam na comunidade geral e na fase mais tardia da vida.

É neste seguimento que surge o presente estudo, no qual se propõem dois objetivos: 1) Explorar as propriedades psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) numa amostra adulta portuguesa; 2) Averiguar e identificar diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes faixas etárias do ciclo de vida.

No que se refere ao primeiro objetivo, pretende-se explorar as propriedades psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) (Tangney et al., 2002) numa amostra

adulta da população geral portuguesa, examinando a sua validade e fiabilidade. O cumprimento deste objetivo permitirá a utilização da CCS e, por conseguinte, a concretização do segundo objetivo do estudo.

Face ao segundo e principal objetivo, que permitirá compreender a evolução das crenças criminógenas na população geral, colocam-se três hipóteses: 1) Existem diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes faixas etárias do ciclo de vida; 2) É no final da adolescência/início da idade adulta que se verifica um nível mais elevado de crenças criminógenas; 3) As crenças criminógenas diminuem progressivamente ao longo das faixas etárias, acompanhando o padrão da curva idade-crime descrita na literatura.

II. MÉTODO

1. Participantes

A presente investigação é composta por uma amostra de 598 adultos, com idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos de idade. Os participantes são de ambos os sexos, 41.97% ($n = 251$) do sexo masculino e 58.03% ($n = 373$) do sexo feminino. Apresentam uma média de idades de 42.51 (DP = 18.65), encontrando-se agrupados por quatro faixas etárias. Estes dados, assim como outras informações sociodemográficas encontram-se discriminados na Tabela 1.

A amostra é comunitária, recolhida em vários pontos de Portugal Continental, tais como locais de trabalho, universidades, escolas secundárias e outras instituições sociais. Na fase de recolha, foram tidos como fatores de exclusão condições que pudessem limitar ou comprometer a realização do presente estudo, tais problemas de saúde mental graves, a incompreensão da língua portuguesa e a ausência de habilitações literárias necessárias para efetuar o preenchimento do protocolo. Entre a totalidade dos participantes, cerca de 1% ($n = 6$) respondeu aos questionários de forma incompleta ou incorreta, implicando, assim, a sua omissão na análise dos resultados.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos.

		Amostra Total ($n = 598$)	
		M	DP
Idade		42.51	18.65
Escolaridade		12.04	4.12
		n	%
Sexo	Masculino	251	41.97%
	Feminino	347	58.03%
Grupo Minoritário	Não	585	97.83%
	Sim	13	2.17%
Estado Civil	Solteiro	242	40.47%
	União de Facto	57	9.53%
	Casado	236	39.46%
	Divorciado	38	6.35%
Faixas Etárias	Viúvo	25	4.18%
	18-21	62	10.37%
	22-40	233	38.96%
	41-65	222	37.12%
	66-89	81	13.55%

2. Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Questionário utilizado para recolher informação sociodemográfica acerca dos participantes do estudo. Entre outros dados, a idade, sexo, habilitações literárias, grupo étnico, estado civil, ocupação, assim como informação acerca problemas atuais ou prévios com a justiça.

Criminogenic Cognitions Scale (Tangney et al., 2002) ou Escala de Crenças Criminógenas (CCS; Traduzida por: Ramos, Almeida & Basto-Pereira).

A Escala de Crenças Criminógenas (CCS) é um instrumento que avalia aspetos cognitivos e morais, particularmente crenças, ligadas ao comportamento criminal. A escala original (Tangney et al., 2012) é constituída por 25 itens distribuídos por 5 dimensões: Entitlement, Incapacidade de Aceitar Responsabilidade, Orientação a Curto-prazo, Insensibilidade ao Impacto do Crime e Atitudes Negativas Face à Autoridade. É pedido aos sujeitos que classifiquem a forma como se identificam com cada uma das afirmações numa escala de Likert de 4 pontos, de 1 – *Discordo Totalmente* a 4 – *Concordo Totalmente*. Direcionados à população prisional, 3 itens da escala (itens 4, 8, 14) incluem a opção adicional NA – *Não aplicável/Eu nunca pratiquei atos que pudessem ser considerados criminosos*. No estudo original, a escala demonstrou propriedades psicométricas satisfatórias e valores de consistência interna de $\alpha = .8$, para a escala global, e entre $\alpha = .61$ e $.75$, no que diz respeito às dimensões específicas (Tangney et al., 2012).

Antisocial Spectrum ou Escala de Espetro Antissocial (AS Spectrum; Ramos, Castro & Basto-Pereira, 2019)

A Escala de Espetro Antissocial avalia traços típicos da Perturbação Antissocial da Personalidade que se manifestam no quotidiano dos indivíduos. Esta escala é composta por 8 itens que avaliam duas dimensões distintas: Desvalorização da Lei e Normas e Comportamento Violento/Confrontativo. Os itens são respondidos numa escala de *Likert* de 4 pontos, em que 1 – *Discordo Totalmente* e 4 – *Concordo Totalmente*. De acordo com Ramos (2020), o instrumento apresenta qualidades psicométricas aceitáveis, demonstrando uma consistência interna de $\alpha = .76$ para a totalidade da escala e $\alpha = .75$ e $\alpha = .66$ para as dimensões Desvalorização da Lei e Normas e comportamento Violento/Confrontativo, respetivamente.

Social and Emotional Competencies Questionnaire (SEC-Q; Zych, Ruiz, Muñoz-Morales & Llorent, 2018) ou Questionário de Competências Sociais e Emocionais (Traduzido por: Lobo, Almeida & Basto-Pereira, 2019).

O Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q) é uma escala que tem como objetivo avaliar competências sociais e emocionais, assim como a aprendizagem social e emocional dos indivíduos. Os 16 itens do instrumento abordam 4 dimensões distintas: Autoconsciência, Autogestão e Motivação, Consciência Social e Comportamento Pró-social e Tomada de Decisão Responsável. Os participantes devem classificar em que medida concordam com cada afirmação, através de uma escala de *Likert* de 5 pontos, que varia entre 1 – *Discordo Totalmente* e 5 – *Concordo Totalmente*. A versão original da SEC-Q (Zych et al., 2018), demonstrou boas propriedades psicométricas com um $\alpha = .87$ numa amostra de estudantes universitários e $\alpha = .80$ numa amostra adolescente. No que diz respeito às dimensões do instrumento, foi verificada uma consistência interna entre $\alpha = .75$ e $\alpha = .83$ no grupo de estudantes universitários e entre $\alpha = .65$ e $\alpha = .77$ no grupo adolescente. A versão portuguesa desta escala (Lobo, 2020) também encontrou características psicométricas adequadas, registando uma consistência interna de $\alpha = .87$ para a totalidade do instrumento e, no que diz respeito às dimensões específicas, uma consistência interna que variou entre $\alpha = .71$ e $\alpha = .79$ nas suas subdimensões.

4. Procedimento

O presente estudo está enquadrado no projeto “Avaliar para Intervir Eficazmente: Reduzindo o Risco de Reincidência Criminal e Marginalização Social”, aprovado pela Comissão Ética do ISPA – Instituto Universitário. Este é um projeto que visa avaliar diferentes fatores de risco e de proteção para o comportamento pró/antissocial, assim como a integração social em adultos. A fase anterior deste projeto contou com uma recolha de dados junto de indivíduos com idade superior a 18 anos. Foi efetuada em vários contextos da comunidade, tais como instituições de ensino superior, escolas e locais de trabalho.

Da segunda fase do projeto, que integra a presente dissertação, também fez parte uma recolha na comunidade. Esta teve como objetivo alargar a amostra inicial, nomeadamente no que diz respeito à população de idade igual ou superior a 60 anos. Assim, para a amostra total, contribuiu-se com uma recolha de dados adicional, centrada em idades mais avançadas. Este contributo foi particularmente relevante dada a escassez de estudos prévios que abordam a fase tardia da vida. Foi realizado o agendamento com cada um dos participantes - aspeto que foi especialmente importante devido às contingências da pandemia Covid-19. A cada pessoa foram explicados os objetivos da investigação, assim como o caráter voluntário e confidencial do protocolo a aplicar, sendo mencionada a disponibilidade de esclarecimento de dúvidas pela investigadora, bem como a possibilidade para desistir a qualquer momento. Após ser consentida

a participação, através da assinatura de um consentimento informado, foi administrado o protocolo, que demorou cerca de 30 minutos a ser preenchido pelos participantes.

5. Estratégia Analítica

Num primeiro momento, foi utilizado o programa de análise estatística IBM SPSS Statistics (Versão 25) onde foi criada uma base de dados com as respostas e informação dos participantes. Partindo das fases vida propostas por Erikson (1963) na teoria do desenvolvimento psicossocial, os sujeitos foram divididos em quatro faixas etárias que correspondem, sensivelmente, ao fim da adolescência/início da idade adulta (18-21 anos), idade adulta (22-40 anos), meia idade (41-65 anos) e idade idosa (66-89 anos).

Foi utilizado o programa FACTOR (Versão 10.10.03) para explorar as propriedades psicométricas e encontrar a estrutura fatorial da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) (Tangney et al., 2012). Foram realizadas análises fatoriais exploratórias recorrendo ao procedimento de extração Minimum Rank Factor Analysis (MRFA) com Parallel Analysis (PA) otimizada, resistente a desvios da normalidade e ideal para escalas ordinais (Timmerman e Lorenzo-Seva, 2011). No que respeita à rotação, foi utilizado o método Promin (Lorenzo-Seva, 1999) e, por se tratarem de dados ordinais, optou-se por uma matriz de correlações policóricas. Foram estudadas diferentes estruturas fatoriais e, para determinar o número de fatores a reter, foi efetuada a retirada sucessiva de itens com *loadings* menores que .30 (Field, 2018) e de itens que saturavam simultaneamente em 2 fatores, com uma diferença inferior a .20. Paralelamente, a fiabilidade, assim como a validade convergente e divergente da escala foram avaliadas usando o IBM SPSS (Versão 25).

Para comparar o nível de crenças criminógenas entre os diferentes grupos etários da vida adulta, utilizou-se também o IBM SPSS Statistics (Versão 25). Após ser verificado o cumprimento dos pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias, foi utilizado o teste paramétrico ANOVA One-Way, com o intuito de averiguar a existência de diferenças entre as faixas etárias, no que diz respeito ao nível de crenças criminógenas. De seguida, foi utilizado o teste Post-Hoc de Tukey de forma a analisar e identificar essas mesmas diferenças.

III. RESULTADOS

Os resultados da presente investigação encontram-se organizados em duas partes. A primeira diz respeito ao estudo das propriedades psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) numa amostra de adultos portugueses, na qual são descritos os resultados das análises fatoriais exploratórias efetuadas, bem como a consistência interna e validade convergente e divergente do instrumento. A segunda parte refere-se aos resultados do principal objetivo desta dissertação, sendo averiguadas e identificadas diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes grupos etários do ciclo de vida.

1. Propriedades Psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS)

1.1. Validade de Construto: Análise Fatorial Exploratória

Foram realizadas análises fatoriais exploratórias para avaliar as propriedades psicométricas e encontrar a estrutura fatorial da Escala de Crenças Criminógenas (CCS).

Efetuuou-se uma primeira análise de forma a averiguar se, do ponto de vista teórico, uma estrutura de cinco fatores ia de encontro à solução de cinco fatores originalmente proposta por Tangney et al. (2012). A estrutura de cinco fatores não demonstrou o sentido teórico esperado e foram sugeridas soluções de 1 ou 3 fatores (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). A estrutura de 3 fatores também se mostrou teoricamente insustentável e os resultados revelaram uma possível solução de 1 ou 2 fatores (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). A estrutura de 2 fatores revelou-se promissora num momento inicial, mas acabou por exigir a exclusão de um largo número de variáveis cujos loadings não se encontravam dentro dos parâmetros pretendidos (Field, 2018). Por este motivo, houve uma redução excessiva no número de itens e, ao nível teórico, tornou-se progressivamente difícil de suportar esta solução. Mais uma vez, a análise sugeriu que a solução de 1 só fator seria mais indicada (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011).

Relativamente à solução unifatorial, a medida de Kaiser-Meyer-Olkin foi de .81, revelou uma boa correlação entre variáveis (Marôco, 2018). O teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 2372.4$, $gl = 120$, $p < .001$) revelou também uma correlação significativa entre variáveis (Marôco, 2018). Por sua vez, a variância explicada foi de 44.50%. Esta solução foi encontrada após a exclusão sucessiva de 6 itens, sendo que cada um dos 16 itens que a compõem possuem loadings e comunalidades iguais ou superiores a .32 e .38, respetivamente (Tabela 2).

Tabela 2. Matriz de 1 fator da Escala de Crenças Criminógenas (CCS).

Itens	Loadings	Comunalidades
1. Quando quero algo, espero que as pessoas o forneçam/façam.	.50	.48
2. As más experiências vivenciadas na minha infância são parcialmente responsáveis pela minha situação atual.	.41	.62
3. O futuro é imprevisível e, por isso, não faz qualquer sentido planejar/fazer planos.	.44	.55
5. Sinto que o que acontece na minha vida, é principalmente determinado por pessoas poderosas.	.46	.53
6. Nunca ficarei satisfeito até conseguir tudo o que mereço.	.41	.42
7. Um roubo é aceitável desde que a vítima não seja ferida fisicamente.	.60	.67
9. Devido ao meu passado, sou culpabilizado(a) de muitas coisas que não fiz.	.62	.78
13. A maioria dos policias/guardas abusam do seu poder.	.41	.60
15. Às vezes não consigo controlar-me.	.55	.50
16. Espero que as pessoas me tratem melhor do que tratam as outras pessoas.	.67	.65
18. Para quê poupar para obter algo, se o podemos obter no imediato/agora?	.57	.66
21. As pessoas que ocupam posições de autoridade geralmente aproveitam-se das outras.	.48	.72
22. Simplesmente nasci criminoso.	.60	.82
23. Mereço mais do que as outras pessoas.	.63	.60
24. Sou da opinião que é melhor desfrutar o dia de hoje, do que preocupar-me com o dia de amanhã.	.44	.59
25. Não gosto de estar preso/ (cumprir com) um horário fixo de trabalho.	.32	.38

Nota. Método de extração Minimum Rank Factor Analysis e método de rotação Promin com matriz de correlações policóricas.

1.2. Fiabilidade: Consistência Interna

A fiabilidade do instrumento foi testada através do coeficiente do alfa de Cronbach. Na sua única dimensão, a escala total da CCS demonstrou uma consistência interna adequada (Kline, 2011), de $\alpha = .76$.

1.3. Validade Convergente

Ao avaliar a validade convergente, observaram-se correlações significativas entre a Escala de Crenças Criminógenas (CCS) e AS Spectrum, escala global e subdimensões. Tal como apresenta a Tabela 3, em todos os casos foi possível verificar que estas associações ocorrem no sentido positivo e são moderadas (Cohen, 1988).

Tabela 3. Correlações de Pearson entre a CCS Total e AS Spectrum.

	AS Spectrum Total	Desvalorização das Leis e Normas	Violento/Confrontativo
CCS Total	.45***	.35***	.44***

Nota. *** $p < .001$

1.4. Validade Divergente

Como mostra a Tabela 4, no que diz respeito à validade divergente, as correlações entre a Escala de Crenças Criminógenas (CCS) e a escala global e dimensões do Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q), mostram associações estatisticamente significativas e no sentido negativo, como esperado. No entanto, verifica-se que as correlações são fracas (Cohen, 1988).

Tabela 4. Correlações de Pearson entre a CCS Total e SEC-Q.

	SEC-Q Total	Auto-consciência	Autogestão e Motivação	Consciência Social e Comportamento Pró-social	Tomada de Decisão Responsável
CCS Total	-.25***	-.20***	-.15***	-.21***	-.23***

Nota. *** $p < .001$

2. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida

2.1 Diferenças entre Faixas Etárias

Como é possível verificar na Tabela 5, a ANOVA identificou diferenças significativas entre um ou mais grupos etários, no que diz respeito às crenças criminógenas medidas pela CCS ($p < .001$). Para melhor compreender e identificar estas distinções utilizou-se o Post-Hoc de Tukey, cujos resultados podem analisados na Tabela 6.

Tabela 5. ANOVA para análise de diferenças entre os grupos etários.

		Soma dos	<i>gl</i>	Quadrado	<i>F</i>	Sig.
		Quadrados		Médio		
CCS Total	Entre grupos	2.80	3	.93	7.60	< .001***
	Nos grupos	72.11	588	.12		
	Total	74.90	591			

Nota. *** $p < .001$.

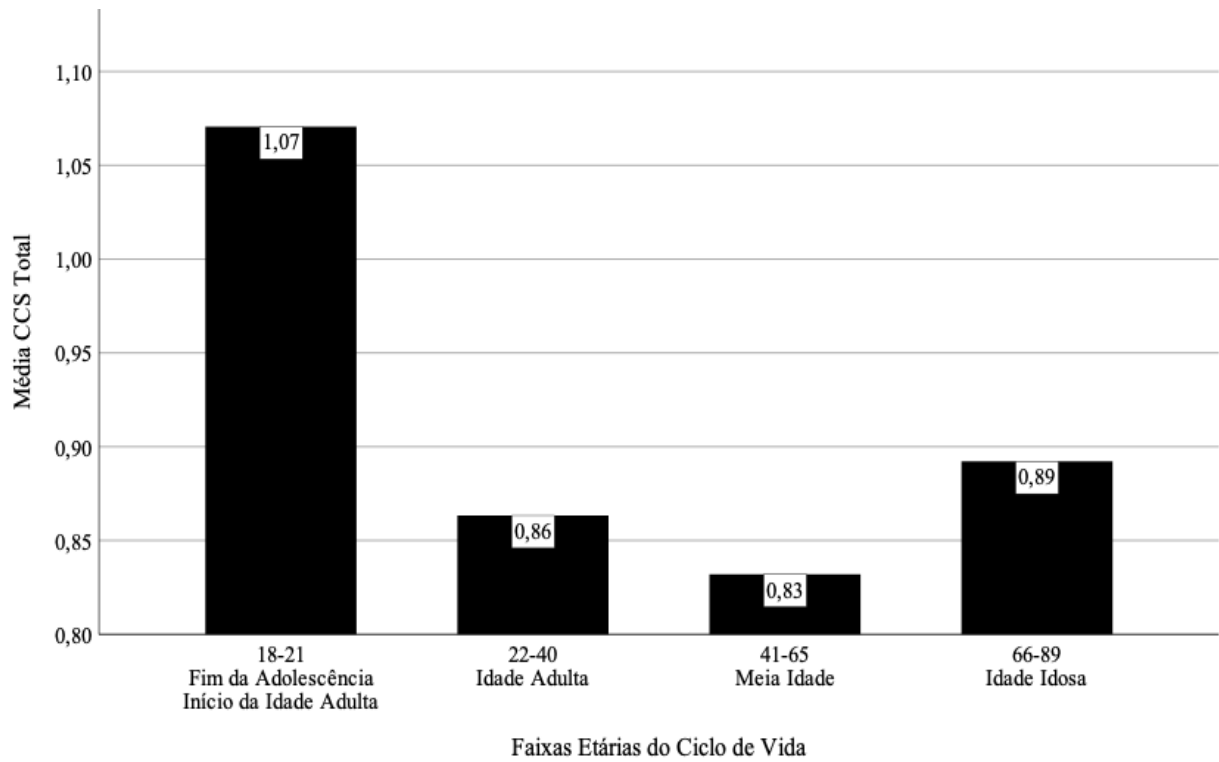
Os dados da Tabela 6 permitem analisar mais concretamente as diferenças encontradas e verificar que grupos se distinguem entre si. No que diz respeito ao nível de crenças criminógenas dos participantes, foram encontradas diferenças significativas entre a faixa etária dos 18 aos 21 anos e cada uma das restantes, isto é, dos 22 aos 40 ($I-J = .21, p < .001$), dos 41 aos 65 ($I-J = .24, p < .001$) e dos 66 aos 89 anos de idade ($I-J = .18, p < .05$). Ainda que o grupo dos 18 aos 21 anos demonstre diferenças significativas quando comparado com os outros, é relativamente à faixa etária dos 41 aos 65 anos que são observadas maiores diferenças. Excluindo o grupo dos 18 aos 21 anos (final da adolescência/início da idade adulta), não são encontradas diferenças significativas entre os restantes grupos etários (idade adulta, meia idade, idosos). Estas diferenças e o nível médio de crenças criminógenas observado em cada grupo etário, estão graficamente representados na Figura 1.

Tabela 6. Comparações múltiplas de médias da CCS Total entre os grupos etários.

(I) Faixas Etárias	(J) Faixas Etárias	Diferença Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
18-21	22-40	.21***	.05	< .001
	41-65	.24***	.05	< .001
	66-89	.18*	.06	.015
22-40	18-21	-.21***	.05	< .001
	41-65	.03	.03	.778
	66-89	-.03	.05	.921
41-65	18-21	-.24***	.05	< .001
	22-40	-.03	.03	.778
	66-89	-.06	.05	.552
66-89	18-21	-.18*	.06	.015
	22-40	.03	.05	.921
	41-65	.06	.05	.552

Nota. * $p < .05$; *** $p < .001$.

Figura 1. Nível médio de crenças criminógenas ao longo dos grupos etários.



IV. DISCUSSÃO

O primeiro objetivo desta dissertação foi explorar as propriedades psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) (Tangney et al., 2002). Tal permitiu cumprir o segundo e principal objetivo do estudo: averiguar e identificar diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes grupos etários do ciclo de vida. Ao abarcar várias faixas etárias, incluindo a idade idosa, foi possível compreender evolução das crenças criminógenas. Além disso, a presente investigação debruçou-se sobre as crenças criminógenas da população geral, algo que não ocorre na maioria dos estudos, normalmente centrados em amostras não comunitárias.

1. Propriedades Psicométricas da Escala de Crenças Criminógenas (CCS)

De forma a permitir a utilização da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) (Tangney et al., 2002) e a concretização do principal objetivo desta dissertação, foram estudadas as propriedades psicométricas do instrumento numa amostra adulta da população geral portuguesa. Antecipadamente, procedeu-se à exclusão dos três itens da escala destinados à população prisional. De seguida, foi avaliada a validade de construto da escala através de análises fatoriais exploratórias, que permitiram encontrar uma estrutura unifatorial e eliminar seis itens com fracas qualidades psicométricas. Foram examinados aspetos como a consistência interna, validade convergente e divergente.

As análises exploratórias efetuadas sugeriram falta de suporte teórico e psicométrico para o modelo de 5 fatores descrito por Tangney et al. (2012). Na verdade, após serem exploradas e consideradas várias estruturas da escala, tornou-se claro que um modelo unifatorial de 16 itens era a solução apropriada, quer ao nível dos seus indicadores, quer em termos de sentido teórico, dado que entre os itens estão representadas as cinco dimensões de crenças criminógenas definidas na versão original do instrumento (Tangney et al., 2002; 2012). Verificou-se um KMO de .81 e um teste de Bartlett significativo, o que revela um ajustamento apropriado (Marôco, 2018). Cada um dos itens da escala mostrou loadings iguais ou superiores a .32, indo ao encontro do critério determinado por Field (2018). Todos os itens demonstraram também comunalidades iguais ou superiores a .38, cumprindo os parâmetros de Child (2006). Cada um destes indicadores chega a atingir, respetivamente, valores de .67 e .82, o que leva a concluir que cada item representa apropriadamente o instrumento. A estrutura unifatorial sugere que não se distinguem diferentes dimensões no que diz respeito às crenças criminógenas da população em estudo.

Relativamente à consistência interna, a solução de 16 itens da escala demonstra um coeficiente $\alpha = .76$, que de acordo com Kline (2011) é indicador de uma fiabilidade adequada. Este resultado confirma que o instrumento possui uma estrutura adequada. Verificaram-se também associações significativas ao total e dimensões das escalas AS Spectrum e versão portuguesa do Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q). Mais concretamente, foram encontradas associações positivas e moderadas em relação ao total e dimensões da AS Spectrum, permitindo constatar que quando as crenças criminógenas aumentam, os traços antissociais têm também tendência para aumentar. Tal como esperado, em relação ao Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q) foram encontradas associações negativas, mas fracas, o que sugere que quando as crenças criminógenas aumentam, as competências sociais e emocionais têm uma ligeira tendência para diminuir.

A relação positiva entre a variável crenças criminógenas e traços antissociais demonstrada nos indicadores de validade convergente da CCS, vai de encontro ao que tem sido descrito na literatura. Tangney et al. (2012) revelaram uma associação entre o nível de crenças criminógenas e a prevalência de sintomas de personalidade antissocial, índices de psicopatia, egocentrismo, procura de estímulos e potencial para a violência. Outros verificaram que este tipo de fenómenos cognitivos está negativamente associado a variáveis como a empatia (Barriga et al., 2009) e positivamente relacionado com traços de insensibilidade e de afeto restrito (Leeuwen et al., 2014). Chabrol et al. (2011) demonstraram uma associação moderada entre distorções cognitivas self-serving – como a autocentração, minimização do sofrimento causado, culpabilização do outro e atribuição de intenções hostis – e traços psicopáticos.

A literatura também nos informa acerca da relação entre as crenças criminógenas e as competências sociais, cuja validade convergente indicou ocorrer no sentido negativo. De modo geral, estudos confirmam que existe uma relação negativa entre variáveis como as distorções cognitivas e as competências sociais. Num programa de intervenção cujo o objetivo era prevenir e reduzir distorções cognitivas, Finne e Svardtal (2017) registaram um aumento nas competências sociais e diminuição dos comportamentos problemáticos. A relativa estabilidade das competências sociais após os programas de intervenção aplicados por Nas et al. (2005) e por Helmond et al. (2012), indica que esta poderá ser uma relação complexa e que não se expressa de forma evidente, indo ao encontro do efeito de correlação negativo, mas fraco, obtido entre a medida de crenças criminógenas e de competências sociais no presente estudo.

Os resultados obtidos indicaram suporte teórico e propriedades psicométricas apropriadas para uma versão adaptada do instrumento, com uma dimensão global de 16 itens. Tanto quanto se sabe, este é o primeiro estudo de validação da Escala de Crenças Criminógenas

(CCS) na população portuguesa. Depois de ter sido devidamente explorada, será a primeira a medir o fenómeno das crenças criminógenas, tal como introduzido por Tangney et al. (2012), em indivíduos desta população. Mesmo sendo unidimensional, a versão da CCS que resulta do presente estudo é capaz de avaliar eficaz e eficientemente a forma como os indivíduos legitimam e racionalizam o comportamento antissocial, tendo em conta aspetos relacionados com entitlement, incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos, orientação a curto-prazo, insensibilidade ao impacto dos atos criminais e atitudes negativas em relação à autoridade. Tal como ocorre com o instrumento original (Tangney et al., 2012), para além de válida e fiável, a CCS que aqui se apresenta é substancialmente mais curta e de mais fácil aplicação quando comparada a outras escalas (e.g. Bandura et al., 1996; Barriga et al., 2001; Caprara et al., 2009; Veloso, 2013; Walters, 2002).

2. Crenças Criminógenas no Ciclo de Vida

Tendo em conta o objetivo central deste estudo, os resultados obtidos suportam a primeira e segunda hipótese colocadas: existiram diferenças no nível de crenças criminógenas, entre diferentes grupos etários do ciclo de vida; e foi no final da adolescência/início da idade adulta que se verificou um maior nível de crenças criminógenas. Por outro lado, os resultados não foram ao encontro da terceira hipótese da investigação: as crenças criminógenas não diminuiram progressivamente ao longo de todas as faixas etárias estudadas e, por isso, não seguiram inteiramente o padrão da curva idade-crime descrita na literatura (Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2016; Sampson & Laub, 2003).

Tendo em conta os resultados obtidos, representados no gráfico da Figura 1, são perceptíveis diferenças etárias quanto ao nível de crenças criminógenas. Uma análise detalhada permite verificar que existem diferenças significativas entre os indivíduos que se encontram no final da adolescência/início da idade adulta (entre os 18 e 21 anos) e cada um dos restantes grupos etários, sujeitos adultos (entre os 22 e 40 anos), indivíduos de meia-idade (entre os 41 e 65 anos) e idosos (entre os 66 e 89 anos).

Tal como as diferenças ilustram, o final da adolescência/início da idade adulta foi a faixa etária na qual se verificou o nível mais elevado de crenças criminógenas, expressivamente maior do que em qualquer outra fase analisada. Por comparação, os adultos apresentam um nível médio crenças criminógenas visivelmente inferior, existindo uma diferença estatisticamente significativa em relação ao grupo etário precedente. Os indivíduos de meia idade não assinalam diferenças significativas em relação aos adultos e, ainda que o seu nível médio de crenças criminógenas seja ligeiramente mais baixo, apenas assinalam diferenças

significativas comparativamente ao grupo que se encontra no final da adolescência/início da idade adulta. Os idosos assinalam um nível médio de crenças criminógenas ligeiramente superior à meia idade, mas não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre as duas faixas etárias. Entre todos os grupos etários estudados, o nível de crenças criminógenas dos idosos só se distingue significativamente do dos jovens que se encontram no final da adolescência/início da idade adulta.

Os estudos que abordam as crenças criminógenas numa perspetiva de ciclo de vida têm algumas limitações, como o facto da maioria dos estudos utilizar amostras não comunitárias e serem poucos os que identificam diferenças etárias específicas. Mesmo assim, a conclusão de que há diferenças no nível de crenças criminógenas ao longo de diferentes faixas etárias do ciclo de vida, vai ao encontro da literatura existente. Na verdade, a associação das crenças criminógenas à delinquência e o seu efeito preditor, aspetos destacados por Helmond et al. (2015) e Andrews e Bonta (2010), torna compreensível que, tal como ocorre com o comportamento delinvente (Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2016; Sampson & Laub, 2003), as crenças criminógenas também demonstrem diferenças ao longo da idade.

Para além de ter reconhecido a existência de diferenças etárias, a presente investigação assinalou diferenças semelhantes às identificadas por alguns estudos. Wallinius et al. (2011) verificaram que as distorções cognitivas self-serving manifestam-se de maneira distinta entre diferentes grupos etários, sendo os adolescentes, entre os 13 e 18 anos, marcados por um maior nível deste tipo de distorções. Dembo et al. (2007) também encontraram diferenças entre o nível de pensamento criminal dos adolescentes e adultos, registando maiores níveis de pensamento criminal nos adolescentes, entre os 13 e 20 anos. No que diz respeito problemas de atitude e orientação, tais como atitudes pró-criminais, Spruit et al. (2017) verificaram que indivíduos entre os 31 e 40 anos possuíam um nível superior deste tipo de problemas por comparação a sujeitos com idade superior a 41 anos. Contudo, níveis superiores também foram encontrados nos indivíduos com idades entre 26 e 30 anos, por comparação aos jovens de com idades entre 18 e 25 anos (Spruit et al., 2017), conclusões que o presente estudo contraria.

Estudos como os anteriores discriminam diferenças específicas entre dois grupos etários. Porém, existem outros estudos que mesmo não abordando diferenças particulares, sugerem a sua existência. Este é o caso de uma conjunto de estudos que apenas informam acerca da relação que as crenças criminógenas estabelecem com a idade. Numa amostra de sujeitos entre os 18 e 69 anos, Tangney et al. (2012) identificaram uma correlação negativa entre a idade e crenças criminógenas. Esta associação tem sido consistentemente identificada por outros autores que, de modo semelhante, sugerem que o aumento da idade está relacionado com um

decréscimo do pensamento criminal (Mandrachia & Morgan, 2012; Packer et al., 2009; Palmer & Hollin, 2003; Walters et al., 2007), isto é, do nível de crenças, atitudes e racionalizações que legitimam o comportamento criminal (Walters, 2012).

A associação negativa encontrada em estudos como o de Palmer e Hollin (2003), alude à existência de diferenças etárias nas crenças criminógenas, mas insinua também uma diminuição progressiva das crenças criminógenas com o avançar da idade. Embora a presente investigação tenha encontrado diferenças etárias no nível médio de crenças criminógenas, não encontrou evidências de que estas diminuam progressivamente entre todas as faixas etárias analisadas. Como já foi explicado, entre os grupos que sucedem ao final da adolescência/início da idade adulta, não se encontram diferenças significativas no nível de crenças criminógenas. Além disso, os idosos marcaram um ligeiro aumento no nível médio de crenças criminógenas comparativamente à idade adulta e meia-idade. Apesar de não ser estatisticamente significativo, este aumento não coaduna com uma diminuição sucessiva destas crenças.

Num estudo longitudinal, Paciello et al. (2008) verificaram diferenças ao nível do desengajamento moral. Estas não são particularmente relevantes pois referem-se a um intervalo temporal dos 12 aos 20 anos, idades que, na sua maioria, não foram incluídas nesta dissertação. No entanto, tal como no presente estudo foram identificadas diferenças etárias. Os autores notaram uma diminuição do desengajamento moral ao longo do tempo e diferenças significativas entre o desengajamento moral aos 14 e, posteriormente, aos 16 anos. Ao traçarem trajetórias do desengajamento moral, todos os grupos, à exceção de uma das trajetórias, demonstraram diferenças no nível de desengajamento moral ao longo do tempo, nomeadamente níveis inferiores aos 20 anos. Shulman et al. (2011) encontraram uma tendência de diminuição semelhante.

Entre todos os grupos etários estudados, foi na adolescência/início da idade adulta que se verificou um nível médio de crenças criminógenas substancialmente mais elevado. Foi apenas em relação a esta faixa etária que se verificam diferenças estatisticamente significativas no nível de crenças criminógenas. O presente estudo não captura a adolescência na sua totalidade, apenas o seu final, na transição para a idade adulta, mas não deixa de constatar uma tendência que já foi relatada em estudos anteriores.

Tal como foi brevemente referido, quando compararam adolescentes em privação de liberdade a adultos que cumpriam pena de prisão, Dembo et al. (2007) verificaram que os jovens, entre os 13 e os 20 anos, possuíam níveis mais elevados de pensamento criminal. Wallinius et al. (2011) realizaram um estudo com adolescentes e adultos, em que ambas as faixas etárias incluíam ofensores e não ofensores. Constataram que os adolescentes, com idades

compreendidas entre os 13 e 18 anos, apresentavam maiores níveis de distorções cognitivas self-serving do que os adultos, com idades entre os 19 e 58.

As crenças criminógenas não consistem, em si, no comportamento criminal, mas como já foi mencionado, estão intimamente relacionadas com este tipo de conduta (e.g. Chabrol et al., 2011; Leeuwen et al., 2014). Autores que traçam a evolução do comportamento criminal e explicam o seu desenvolvimento, salientam a adolescência como uma faixa etária singular.

Ao analisarem os dados do estudo dos Glueck (Glueck & Glueck, 1950), Sampson e Laub (2003), descrevem o período entre os 17 e 24 anos como o momento em que a delinquência atinge o seu nível mais acentuado, neste caso como a fase do ciclo de vida em que ocorreram 84% da totalidade das detenções. Ainda que o alvo da presente investigação seja uma amostra comunitária, o nível de crenças criminógenas verificado no grupo etário com idades entre os 18 e 21 anos, reflete o pico descrito por Sampson e Laub (2003) em relação à atividade criminal. Este é um aspeto constatado por outros estudos longitudinais, que verificam um pico do comportamento criminal na adolescência, nomeadamente entre os 17 (Farrington et al. 2013) e 18/19 anos (Jennings et al., 2016).

Igualmente, Moffitt (1993) destaca a adolescência como um período que pode ser fortemente caracterizado pelo envolvimento em atos delinquentes. Os jovens encontram-se mais predispostos a imitar o comportamento dos pares desviantes e agir de forma delinquente, pelo facto de existir uma maior procura de autonomia, mas simultaneamente um défice de maturidade (Moffitt, 1993). Efetivamente, a adolescência é marcada por uma maior propensão a comportamentos de risco, experimentação e procura de novas sensações (Steinberg, 2007). Neste sentido, é desconhecido, mas plausível, que a explicação de Moffitt (1993), acerca do comportamento delinquente na adolescência, se aplique também ao elevado nível de crenças criminógenas observado no final da adolescência/início da idade adulta.

A severidade de crenças criminógenas verificada no final da adolescência/início da idade adulta está também em linha com Farrington (2005), que afirma que a propensão para cometer atos antissociais atinge o seu auge durante a adolescência. De facto, a teoria do potencial antissocial (Farrington, 2005) teoriza que fatores como pares delinquentes, um contexto escolar/comunitário onde a delinquência esteja presente ou uma fraca socialização podem, a longo prazo, incrementar o potencial antissocial. A adolescência é um período em que o grupo de pares se torna um contexto central e as relações com os mesmos, assim como a sua influência, estão presentes de forma determinante (Allen & Loeb, 2015). Coloca-se a hipótese de que, de modo semelhante ao que Moffitt (1993) descreve, a exposição aos fatores de risco

descritos por Farrington (2005), destacando o papel dos pares, poderá estar na origem do elevado nível de crenças criminógenas que se observa no final da adolescência.

Ao invés do que era esperado na presente investigação, as crenças criminógenas não demonstraram um decréscimo progressivo ao longo de todos os grupos etários estudados. Por este motivo, ao contrário do que se pressupôs inicialmente, as crenças criminógenas não acompanharam inteiramente o padrão da curva-idade crime descrita por autores como Sampson e Laub (2003).

O elevado nível de crenças criminógenas que se verificou no final da adolescência/início da idade adulta está em concordância com a literatura, bem como o nível significativamente inferior que foi observado nos indivíduos adultos (Dembo et al., 2008; Wallinius et al., 2011). Todavia, os grupos etários seguintes só demonstraram diferenças significativas, ou um nível médio de crenças significativamente inferior, em relação ao final da adolescência/início da idade adulta. Os sujeitos de meia-idade apresentaram um nível de crenças criminógenas que, apesar de ser ligeiramente inferior, não difere estatisticamente em relação ao dos adultos. Por sua vez, os idosos mostraram um nível de crenças criminógenas ligeiramente superior.

Reitera-se que o presente estudo é focado nas crenças criminógenas da população geral e não de sujeitos com registo criminal ou carreiras criminais. Mesmo assim, dada a relação que as crenças criminógenas têm com o comportamento delinvente (e.g. Gendreau et al., 1996; Tangney et al., 2012), esperava-se que, além de diferenças etárias e um nível mais elevado no fim da adolescência/início da idade adulta, as crenças criminógenas acompanhassem na integridade o declínio da curva idade-crime (Sampson & Laub, 2003). Porém, este foi um aspeto que apenas se verificou parcialmente.

O Cambridge Study in Delinquent Development (Farrington et al. 2013) que acompanhou indivíduos até aos 56 anos, verificou um comportamento delinvente que atingiu o seu auge aos 17 anos. Ao longo do tempo, até aos 56 anos, última idade incluída, foi verificada uma diminuição progressiva deste tipo de comportamento, não havendo ainda dados sobre o resto do ciclo de vida. O Pittsburgh Youth Study (Jennings et al., 2016) encontrou algo semelhante. Ambos os grupos que o estudo acompanhou – os que num momento inicial se encontravam no primeiro ano e os que se encontravam no sétimo ano – registaram um pico do seu comportamento criminal na fase adolescente, um grupo aos 18 e o outro aos 15 anos. Observaram também que ao longo da idade adulta até aos 30 anos, últimos dados, o comportamento delinvente expressa também um decréscimo progressivo. Na presente investigação, os indivíduos no final da adolescência/início da idade adulta demonstraram um

valor médio de crenças criminógenas mais elevado e os adultos apresentaram um nível de crenças criminógenas significativamente inferior. Assim, os resultados obtidos não deixam de ir ao encontro da curva idade-crime descrita nos estudos longitudinais de Cambridge e Pittsburgh. Contudo estes só informam sobre parte da vida e não sobre todas as faixas etárias examinadas no presente estudo.

Nesta perspetiva, Sampson e Laub (2003) oferecem uma abordagem mais completa. Traçaram a evolução do comportamento criminal até aos 70 anos e também identificaram o auge deste comportamento na adolescência, assim como um declínio acentuado com a entrada na idade adulta, mas acrescentam que o crime continua a diminuir ao longo do tempo. Nomeadamente, observam que a partir dos 60 anos a curva idade-crime começa a dissipar-se, extinguindo-se totalmente no fim da vida. Esta diminuição progressiva e extinção não aconteceu com as crenças criminógenas. Quando se comparam sucessivamente os vários grupos etários, nem sempre se verifica um nível sistematicamente inferior destas crenças, particularmente nos sujeitos idosos. Assim, as crenças criminógenas seguiram apenas parcialmente a curva-idade crime descrita na literatura (Farrington et al. 2013; Jennings et al. 2016; Sampson & Laub, 2003).

Laub e Sampson (2001) explicam o declínio do crime a partir da idade adulta e ao longo do ciclo de vida. Postulam que se deve a uma interação de fatores desenvolvimentais, psicológicos e sociológicos, que na sua essência têm um aspeto comum: a idade. Como já foi explicado no capítulo introdutório desta dissertação, os autores defendem que o surgimento de determinados momentos e eventos da vida adulta – pontos de viragem (e.g. casamento, mudança de residência, situação laboral) – promovem os laços sociais e o controlo social informal necessário à dissolução do comportamento criminal (Sampson & Laub, 2005).

Na presente investigação lida-se com as crenças criminógenas de uma amostra comunitária, pelo que não fará sentido falar em pontos de viragem ou desistência do crime. No entanto, mesmo na população geral, a idade adulta é uma fase em que a responsabilidade e a autonomia são crescentes, sendo marcada pelo início da atividade laboral e até pelo casamento e constituição de família (Zarrett & Eccles, 2006). De uma forma ou de outra, é plausível que estes acontecimentos e momentos-chave sejam mitigadores das crenças criminógenas e que possam estar na origem do nível consideravelmente inferior e nível levemente mais baixo que se observa nos adultos e indivíduos de meia idade, respetivamente. Contudo, estes mecanismos de controlo informal proporcionados pela idade não parecem ter o mesmo impacto nos idosos, pelo contrário. Desconhece-se a razão para o nível de crenças criminógenas observado na idade

idosa. Mesmo ligeiro e não possuindo relevância estatística, é um aspeto que merece ser investigado no futuro.

3. Limitações e Estudos Futuros

A principal limitação deste estudo é metodológica. A presente investigação utilizou um desenho transversal e, por isso, abordou diferenças etárias interindividuais, isto é, entre os diferentes indivíduos que integraram cada um dos grupo etários. Considera-se importante que estudos futuros usem não só uma metodologia transversal, pois a replicação é sempre essencial, mas também um desenho longitudinal, permitindo identificar diferenças e alterações intraindividuais na forma como as crenças criminógenas se manifestam ao longo do tempo.

O estudo englobou um amplo intervalo de idades e várias faixas etárias, permitindo traçar a evolução das crenças criminógenas ao longo de grande parte do ciclo de vida. Contudo, não foram incluídos na amostra jovens com menos de 18 anos e, assim, não foi possível obter informação acerca do nível de crenças criminógenas antes dessa idade, nomeadamente na infância e na totalidade da adolescência. Sugere-se a realização de estudos que englobem a totalidade do ciclo de vida.

Ressalva-se que, embora a amostra do estudo englobe múltiplas idades, o número de indivíduos incluídos em cada um dos grupos etários não foi igual. É também relevante referir que a amostra do foi selecionada por conveniência e que a recolha de dados foi efetuada em plena pandemia Covid-19, o que tornou mais complexo o agendamento com cada participante e dificultou a aplicação dos questionários.

Adicionalmente, a situação pandémica impediu a recolha de dados em contexto prisional. Este era um aspeto pensado inicialmente, que teria permitido a identificação de diferenças entre as crenças criminógenas da população geral e população prisional. Deste modo, sugere-se a realização de estudos com indivíduos que se encontrem a cumprir penas de prisão ou medidas tutelares educativas, com o objetivo de avaliar as suas crenças criminógenas.

As propriedades psicométricas CCS foram exploradas através de análises fatoriais exploratórias, de forma a que o instrumento pudesse ser utilizado na comunidade portuguesa e fosse possível cumprir o objetivo principal do estudo. Esta análise encontrou indicadores psicométricos apropriados, assim como uma estrutura unidimensional adequada. Não obstante, poderá futuramente ser efetuada análise fatorial confirmatória e testadas outras formas de validade.

Por fim, salienta-se o risco de desejabilidade social inerente ao autorrelato e, especialmente no caso dos participantes idosos, a possibilidade de erros de interpretação das

questões colocadas. Neste sentido, a replicação do presente estudo seria vantajosa para perceber se os resultados se manteriam, em particular nível de crenças criminógenas observado nos idosos.

4. Recomendações Clínicas e Sociais

O nível de crenças criminógenas observado nos indivíduos no final da adolescência/início da idade adulta torna relevante que se olhe esta faixa etária, não só como uma fase em que ocorrem mudanças desenvolvimentais e sociais normativas, mas também que pode ser propícia à formação deste tipo de crenças e ao surgimento de comportamentos antissociais. É pertinente que seja dada especial atenção à adolescência, tendo em mente a prevenção da delinquência e promoção de um estilo de vida pró-social. As famílias, escolas e instituições da comunidade terão um papel preponderante, tanto no reconhecimento de crenças criminógenas facilitadoras do comportamento antissocial, na identificação destes mesmos comportamentos e da implementação estratégias interventivas.

Constata-se que mesmo na comunidade geral, as crenças criminógenas têm uma considerável expressão. De um ponto de vista clínico, a utilização da Escala de Crenças Criminógenas (CCS) poderá ser útil para avaliar e intervir junto de indivíduos da comunidade que possuam perturbações de comportamento ou indícios personalidade antissocial, independentemente da sua idade.

Reitera-se a importância aprofundar o conhecimento acerca das crenças criminógenas em adultos a cumprir pena de prisão ou em jovens que se encontrem a sob medidas tutelares de internamento. Dado papel que as crenças criminógenas desempenham em relação ao comportamento criminal, considera-se que CCS será particularmente vantajosa na área da justiça, em contexto penal e tutelar. Assume-se como um instrumento capaz identificar crenças criminógenas e perceber potenciais focos de intervenção. A escala poderá ser usada para avaliar a eficácia e resultados das intervenções, após a realização de programas que tenham como objetivo a prevenção da reincidência criminal ou a redução deste tipo de crenças. Salienta-se também a sua utilidade num contexto de acompanhamento e avaliação após saída em liberdade.

Por último, propõe-se que a população idosa continue a ser estudada numa abordagem criminológica. A maioria das investigações, quer transversais ou longitudinais, não inclui participantes idosos ou dados acerca de fases mais avançadas da vida. O interesse científico por esta faixa etária deverá ser uma prioridade no contexto de evolução demográfica atual, marcado pelo envelhecimento populacional, em que os idosos representam uma fração cada vez maior

da sociedade. Assim, além da sua integração, a procura de conhecimento acerca deste grupo etário é mais pertinente que nunca.

5. Considerações Finais

A presente investigação identificou diferenças no nível de crenças criminógenas, entre as faixas etárias do ciclo de vida que foram analisadas. O nível de crenças criminógenas foi nitidamente mais elevado nos indivíduos no final adolescência/início da idade adulta e consideravelmente inferior na idade adulta, mas os resultados não foram inteiramente os esperados. Não se verificou uma diminuição progressiva das crenças criminógenas ao longo de todos os grupos etários estudados e os idosos demonstraram um nível de crenças superior ao expectável. Assim, ao contrário do que se supôs inicialmente, as crenças criminógenas não acompanharam inteiramente o padrão da curva idade-crime descrita na literatura.

Considera-se que o foco na comunidade e o estudo das transições naturais que ocorrem nas crenças criminógenas da população geral é uma mais valia desta investigação. Porém, tendo em conta os resultados do estudo, em particular o nível de crenças revelado pelo grupo idoso, reforça-se a importância de continuar a investigar esta temática, tanto na comunidade geral, bem como em contexto prisional.

Da mesma forma, salienta-se o potencial da Escala de Crenças Criminógenas (CCS), cuja presente versão, apesar de não replicar a estrutura da escala original nas suas subdimensões, oferece uma dimensão global capaz de avaliar de forma prática e eficaz este tipo de crenças. O instrumento assume-se como uma boa ferramenta para compreender o comportamento antissocial, aspetos nele subjacentes, para avaliação e intervenção no que diz respeito à mitigação deste tipo de crenças, assim como do crime e reincidência.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, J. P., & Loeb, E. L. (2015). The Autonomy-Connection Challenge in Adolescent-Peer Relationships. *Child Development Perspectives, 9*(2), 101–105. <https://doi.org/10.1111/cdep.12111>
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The Psychology of Criminal Conduct* (5th ed.). Anderson.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(2), 364–374. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.71.2.364>
- Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the “how I think” questionnaire. *Aggressive Behavior, 22*(5), 333–343. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-2337\(1996\)22:5%3C333::AID-AB2%3E3.0.CO;2-K](https://doi.org/10.1002/(SICI)1098-2337(1996)22:5%3C333::AID-AB2%3E3.0.CO;2-K)
- Barriga, A. Q., Hawkins, M. A., & Camelia, C. R. T. (2008). Specificity of cognitive distortions to antisocial behaviours. *Criminal Behaviour and Mental Health, 18*(2), 104–116. <https://doi.org/10.1002/cbm.683>
- Barriga, A. Q., Landau, J. R., Stinson, B. L., Liau, A. K., & Gibbs, J. C. (2000). Cognitive Distortion and Problem Behaviors in Adolescents. *Criminal Justice and Behavior, 27*(1), 36–56. <https://doi.org/10.1177/0093854800027001003>
- Barriga, A. Q., Gibbs, J. C., Potter, G., & Liau, A. K. (2001). *The How I Think Questionnaire manual*. Champaign, IL: Research Press.
- Barriga, A. Q., Sullivan-Cosetti, M., & Gibbs, J. C. (2009). Moral cognitive correlates of empathy in juvenile delinquents. *Criminal Behaviour and Mental Health, 19*(4), 253–264. <https://doi.org/10.1002/cbm.740>
- Beck, A. T. (1963). Thinking and Depression: I. Idiosyncratic content and cognitive distortions. *Archives of General Psychiatry, 9*(4), 324–333. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.1963.01720160014002>
- Blanc, M. L. (2009). The Development of Deviant Behavior, its Self-regulation. *Monatsschrift Für Kriminologie Und Strafrechtsreform, 92*(2–3), 117–136. <https://doi.org/10.1515/mks-2009-922-304>
- Caprara, G. V., Fida, R., Vecchione, M., Tramontano, C., & Barbaranelli, C. (2009). Assessing civic moral disengagement: Dimensionality and construct validity. *Personality and Individual Differences, 47*(5), 504–509. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.04.027>

- Chabrol, H., van Leeuwen, N., Rodgers, R. F., & Gibbs, J. C. (2011). Relations between self-serving cognitive distortions, psychopathic traits, and antisocial behavior in a non-clinical sample of adolescents. *Personality and Individual Differences, 51*(8), 887–892. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.07.008>
- Child, D. (2006). *The Essentials of Factor Analysis* (3rd ed.). Bloomsbury Academic.
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed.). Routledge.
- Dembo, R., Turner, C. W., & Jainchill, N. (2007). An Assessment of Criminal Thinking Among Incarcerated Youths in Three States. *Criminal Justice and Behavior, 34*(9), 1157–1167. <https://doi.org/10.1177/0093854807304348>
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood & Society* (2nd ed.). W. W. Norton and Company.
- Farrington, D. P. (2003). Developmental and Life-Course Criminology: Key Theoretical and Empirical Issues-The 2002 Sutherland Award Address*. *Criminology, 41*(2), 221–225. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x>
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy, 12*(3), 177–190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>
- Farrington, D. P., Piquero, A. R., & Jennings, W. G. (2013). *Offending from Childhood to Late Middle Age: Recent Results from the Cambridge Study in Delinquent Development (SpringerBriefs in Criminology)*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-6105-0>
- Field, A. (2018). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (5th ed.). SAGE Publications Ltd.
- Finne, J. N., & Svardtal, F. (2017). Social Perception Training: Improving social competence by reducing cognitive distortions. *The International Journal of Emotional Education, 9*(2), 44–58.
- Gendreau, P., Little, T., & Goggin, C. (1996). A Meta-Analysis of the Predictors of Adult Offender Recidivism: What Works!*. *Criminology, 34*(4), 575–608. <https://doi.org/10.1111/J.1745-9125.1996.Tb01220.X>
- Glueck, S., & Glueck, E. (1950). Unraveling Juvenile Delinquency. *Journal of Education, 133*(9), 252–253. <https://doi.org/10.1177/002205745013300903>
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2008). Psychopathy as a Clinical and Empirical Construct. *Annual Review of Clinical Psychology, 4*(1), 217–246. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091452>
- Helmond, P., Overbeek, G., & Brugman, D. (2012). Program integrity and effectiveness of a cognitive behavioral intervention for incarcerated youth on cognitive distortions, social

- skills, and moral development. *Children and Youth Services Review*, 34(9), 1720–1728. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2012.05.001>
- Helmond, P., Overbeek, G., Brugman, D., & Gibbs, J. C. (2015). A Meta-Analysis on Cognitive Distortions and Externalizing Problem Behavior. *Criminal Justice and Behavior*, 42(3), 245–262. <https://doi.org/10.1177/0093854814552842>
- Huchzermeier, C., Geiger, F., Köhler, D., Bruß, E., Godt, N., Hinrichs, G., & Aldenhoff, J. B. (2008). Are there age-related effects in antisocial personality disorders and psychopathy? *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 15(4), 213–218. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2007.10.002>
- Jennings, W. G., Loeber, R., Pardini, D. A., Piquero, A. R., & Farrington, D. P. (2016). *Offending from Childhood to Young Adulthood Recent Results from the Pittsburgh Youth Study (SpringerBriefs in Criminology)* Springer. <http://doi.org/10.1007/978-3-319-25966-6>
- Kline, R. B., PhD. (2011). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling* (3rd ed.). The Guilford Press.
- Knight, K., Garner, B. R., Simpson, D. D., Morey, J. T., & Flynn, P. M. (2006). An Assessment for Criminal Thinking. *Crime & Delinquency*, 52(1), 159–177. <https://doi.org/10.1177/0011128705281749>
- Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2001). Understanding Desistance from Crime. *Crime and Justice*, 28, 1–69. <https://doi.org/10.1086/652208>
- Liau, A. K., Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1998). Relations between self-serving cognitive distortions and overt vs. covert antisocial behavior in adolescents. *Aggressive Behavior*, 24(5), 335–346. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-2337\(1998\)24:5<335::AID-AB1>3.0.CO;2-G](https://doi.org/10.1002/(SICI)1098-2337(1998)24:5<335::AID-AB1>3.0.CO;2-G)
- Lobo, R. V. (2020). *Questionário de Competências Sociais e Emocionais: Exploração das Propriedades Psicométricas na População Adulta Portuguesa* [Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário].
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., van Kammen, W. B., & Maugham, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology*, 5(1–2), 103–133. <https://doi.org/10.1017/s0954579400004296>
- Lorenzo-Seva, U. (1999). Promin: A Method for Oblique Factor Rotation. *Multivariate Behavioral Research*, 34(3), 347–365. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr3403_3

- Lynam, D. R., Caspi, A., Moffitt, T. E., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2007). Longitudinal evidence that psychopathy scores in early adolescence predict adult psychopathy. *Journal of Abnormal Psychology, 116*(1), 155–165. <https://doi.org/10.1037/0021-843x.116.1.155>
- Lynam, D. R., Charnigo, R., Moffitt, T. E., Raine, A., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2009). The stability of psychopathy across adolescence. *Development and Psychopathology, 21*(4), 1133–1153. <https://doi.org/10.1017/s0954579409990083>
- Lynam, D. R., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2008). The Stability of Psychopathy From Adolescence Into Adulthood. *Criminal Justice and Behavior, 35*(2), 228–243. <https://doi.org/10.1177/0093854807310153>
- Mandracchia, J. T., & Morgan, R. D. (2010). The relationship between status variables and criminal thinking in an offender population. *Psychological Services, 7*(1), 27–33. <https://doi.org/10.1037/a0016194>
- Mandracchia, J. T., & Morgan, R. D. (2011). Predicting Offenders' Criminogenic Cognitions With Status Variables. *Criminal Justice and Behavior, 39*(1), 5–25. <https://doi.org/10.1177/0093854811425453>
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (7th ed., Vol. 18). ReportNumber.
- Maruna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology, 11*(2), 155–177. <https://doi.org/10.1348/135532506x114608>
- McCollister, K. E., French, M. T., & Fang, H. (2010). The cost of crime to society: New crime-specific estimates for policy and program evaluation. *Drug and Alcohol Dependence, 108*(1–2), 98–109. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2009.12.002>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review, 100*(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.100.4.674>
- Ramos, C. S. (2020). *Construção e Estudo Exploratório das Propriedades Psicométricas de um Instrumento Breve Para Avaliar o Espectro Antissocial: Antisocial Spectrum* [Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário].
- Nas, C. N., Brugman, D., & Koops, W. (2005). Effects of the EQUIP programme on the moral judgement, cognitive distortions, and social skills of juvenile delinquents. *Psychology, Crime & Law, 11*(4), 421–434. <https://doi.org/10.1080/10683160500255703>
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and Change of Moral Disengagement and Its Impact on Aggression and Violence in Late

- Adolescence. *Child Development*, 79(5), 1288–1309. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01189.x>
- Packer, G., Best, D., Day, E., & Wood, K. (2009). Criminal thinking and self-control among drug users in court mandated treatment. *Criminology & Criminal Justice*, 9(1), 93–110. <https://doi.org/10.1177/1748895808099182>
- Palmer, E. J., & Hollin, C. R. (2003). Using the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles with English prisoners. *Legal and Criminological Psychology*, 8(2), 175–187. <https://doi.org/10.1348/135532503322362951>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2003). Life-Course Desisters? Trajectories of Crime Among Delinquent Boys Followed to Age 70*. *Criminology*, 41(3), 555–592. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00997.x>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A Life-Course View of the Development of Crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602(1), 12–45. <https://doi.org/10.1177/0002716205280075>
- Shulman, E. P., Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental Psychology*, 47(6), 1619–1632. <https://doi.org/10.1037/a0025404>
- Spruit, A., van der Put, C., Gubbels, J., & Bindels, A. (2017). Age differences in the severity, impact and relative importance of dynamic risk factors for recidivism. *Journal of Criminal Justice*, 50, 69–77. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.04.006>
- Steinberg, L. (2007). Risk Taking in Adolescence. *Current Directions in Psychological Science*, 16(2), 55–59. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00475.x>
- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency. *American Sociological Review*, 22(6), 664. <https://doi.org/10.2307/2089195>
- Tangney, J. P., Meyer, P., Furukawa, E., & Cosby, B. (2002). *Criminogenic Beliefs and Attitudes Scale*. George Mason University, Fairfax, VA. George Mason University, Fairfax, VA.
- Tangney, J. P., Stuewig, J., Furukawa, E., Kopelovich, S., Meyer, P. J., & Cosby, B. (2012). Reliability, Validity, and Predictive Utility of the 25-item Criminogenic Cognitions Scale (CCS). *Criminal Justice and Behavior*, 39(10), 1340–1360. <https://doi.org/10.1177/0093854812451092>

- Thornberry, T. P., Lizotte, A. J., Krohn, M. D., Farnworth, M., & Jang, S. J. (1994). Delinquent Peers, Beliefs, and Delinquent Behavior: A Longitudinal Test of Interactional Theory*. *Criminology*, *32*(1), 47–83. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1994.tb01146.x>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, *16*(2), 209–220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- van Dijk, J., Nieuwbeerta, P., & Joudo Larsen, J. (2021). Global Crime Patterns: An Analysis of Survey Data from 166 Countries Around the World, 2006–2019. *Journal of Quantitative Criminology*. Published. <https://doi.org/10.1007/s10940-021-09501-0>
- van Leeuwen, N., Rodgers, R. F., Gibbs, J. C., & Chabrol, H. (2013). Callous-Unemotional Traits and Antisocial Behavior among Adolescents: the Role of Self-Serving Cognitions. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *42*(2), 229–237. <https://doi.org/10.1007/s10802-013-9779-z>
- Vaughn, M. G., DeLisi, M., Gunter, T., Fu, Q., Beaver, K. M., Perron, B. E., & Howard, M. O. (2011). The Severe 5%: A Latent Class Analysis of the Externalizing Behavior Spectrum in the United States. *Journal of Criminal Justice*, *39*(1), 75–80. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.12.001>
- Veloso, A. C. (2013). Validação do How I Think – Questionnaire para a População Adulta Portuguesa [Dissertação de Mestrado, Instituto de Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz].
- Wallinius, M., Johansson, P., Lardén, M., & Dernevik, M. (2011). Self-Serving Cognitive Distortions and Antisocial Behavior Among Adults and Adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, *38*(3), 286–301. <https://doi.org/10.1177/0093854810396139>
- Walters, G. D. (2002). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Assessment*, *9*(3), 278–291. <https://doi.org/10.1177/1073191102009003007>
- Walters, G. D. (2012). Criminal thinking and recidivism: Meta-analytic evidence on the predictive and incremental validity of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Aggression and Violent Behavior*, *17*(3), 272–278. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.02.010>
- Walters, G. D., & DeLisi, M. (2013). Antisocial cognition and crime continuity: Cognitive mediation of the past crime-future crime relationship. *Journal of Criminal Justice*, *41*(2), 135–140. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.12.004>

- Walters, G. D., Frederick, A. A., & Schlauch, C. (2007). Postdicting Arrests for Proactive and Reactive Aggression With the PICTS Proactive and Reactive Composite Scales. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(11), 1415–1430. <https://doi.org/10.1177/0886260507305556>
- S., Yochelson, & Samenow, S. (1976). *The Criminal Personality* (Vol. 1). New York: Jason Aronson.
- Zarrett, N., & Eccles, J. (2006). The passage to adulthood: Challenges of late adolescence. *New Directions for Youth Development*, 2006(111), 13–28. <https://doi.org/10.1002/yd.179>
- Zych, I., Ortega-Ruiz, R., Muñoz-Morales, R., & Llorent, V. J. (2018). Dimensions and Psychometric Properties of the Social and Emotional Competencies Questionnaire (SEC-Q) in youth and adolescents. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 50(2), 98–106. <https://doi.org/10.14349/rlp.2018.v50.n2.3>

VI. ANEXOS

Anexo I – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

O projeto de investigação científica “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, é conduzido por uma equipa de 3 investigadores, englobando só em 2019/2020, 6 dissertações de mestrado.

Pretende-se estudar os fatores de risco e de proteção para o comportamento pró/antissocial, bem como para a integração social em adultos, tanto da comunidade como da população prisional.

A sua participação não lhe trará risco ou despesa e pode a qualquer momento recusar a continuidade da participação. A aplicação do questionário é realizada a várias pessoas e o consentimento informado será separado das suas respostas, tornando impossível associar as suas respostas à sua identificação, **garantindo-lhe por isso, o máximo de confidencialidade**. Os resultados deste projeto poderão ajudar a moldar políticas públicas mais eficazes. **A sua participação é voluntária e os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e usados para fins científicos. Nesse sentido, por favor seja sincero.**

Caso aceite participar, pedimos de seguida o seu consentimento informado. Os investigadores disponibilizam-se para esclarecer quaisquer dúvidas, informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail: *projetoispaprosocial@gmail.com*. Muito Obrigado!

Eu, _____ (nome completo), li e compreendi este documento e aceito participar no projeto científico: “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, dando o meu consentimento informado e tendo a garantia que todos os meus dados permanecerão confidenciais.

O/A participante

(Assinatura)

Anexo II – Questionário Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Dados dos EP's? (a preencher pela investigadora – Sim/Não): _____ Se sim, qual? _____

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____ (número máximo de anos de escola concluídos com sucesso)
4. Profissão _____ (se está neste momento num estabelecimento prisional, indique a profissão que tinha na altura que foi condenado)
5. Nacionalidade: _____
6. Considera-se parte de um grupo étnico minoritário?
Não Sim
7. Estado Civil:
Solteiro União de Facto Casado Divorciado/Separado Viúvo
8. Se não é financeiramente independente indique a escolaridade e profissão de quem o suporte financeiramente (se é mais que uma pessoa, indique a profissão e escolaridade de quem ganha mais ao fim do mês).
 - 8.1. Escolaridade _____
 - 8.2. Profissão _____
9. Tem filhos? Não Sim
10. Quantos? _____
11. Pratica regularmente desporto? Não Sim
12. Tem algum problema grave de saúde mental? Não Sim
13. Na sua infância e adolescência viveu sempre com os seus pais? Não Sim
14. Já alguma vez viveu num centro educativo? Não Sim
15. Já alguma vez foi condenado (por exemplo, pena suspensa, pena de prisão, trabalho comunitário, etc.)? Não Sim
16. Se respondeu sim, indique quantas vezes (se está preso, contando com esta vez) _____
17. Já alguma vez esteve preso/a ou detido? Não Sim
18. Se sim, qual o crime/s? _____

19. Qual o tempo de pena? _____
20. Quantos dos seus amigos já estiveram presos (Se nenhum, escreva apenas "0")? _____
21. Se está neste momento num estabelecimento prisional, indique se já frequentou um programa de intervenção dentro do estabelecimento: Não Sim
22. Se sim, que tipo(s) de intervenção? _____

Anexo III – Escala de Crenças Criminógenas (CCS)

CCS

(Tangney J.P., Meyer P., Furukawa E., & Cosby B., 2002;

Versão Portuguesa: C. Ramos, T. S. Almeida, & M. Basto Pereira, 2019)

No conjunto de afirmações por favor, indique como poderá ser descrito o seu pensamento atual, utilizando a escala:

1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo; 4 = Concordo totalmente.

Algumas das perguntas têm uma opção adicional de **"NA"**, que é utilizada para indicar que a frase não é aplicável à sua situação.

1. Quando quero algo, espero que as pessoas o forneçam/façam.	1	2	3	4		
2. As más experiências vivenciadas na minha infância são parcialmente responsáveis pela minha situação atual.	1	2	3	4		
3. O futuro é imprevisível e, por isso, não faz qualquer sentido planejar/fazer planos.	1	2	3	4		
4. O(s) crime (s) que cometi, na realidade, não prejudicou(aram) ninguém.	1	2	3	4	NA	<i>Eu nunca pratiquei atos que pudessem ser considerados criminosos</i>
5. Sinto que o que acontece na minha vida, é principalmente determinado por pessoas poderosas.	1	2	3	4		
6. Nunca ficarei satisfeito até conseguir tudo o que mereço.	1	2	3	4		
7. Um roubo é aceitável desde que a vítima não seja ferida fisicamente.	1	2	3	4		
8. Mesmo tendo sido detido(a), valeu a pena correr o risco.	1	2	3	4	NA	<i>Eu nunca pratiquei atos que pudessem ser considerados criminosos</i>
9. Devido ao meu passado, sou culpabilizado(a) de muitas coisas que não fiz.	1	2	3	4		
10. A maioria das leis são boas.	1	2	3	4		
11. Normalmente, com o passar do tempo, as vítimas de crimes conseguem ultrapassá-los.	1	2	3	4		
12. Quando se comete um crime o único afetado é a vítima.	1	2	3	4		
13. A maioria dos policias/guardas abusam do seu poder.	1	2	3	4		
14. A sociedade atribui grande importância ao(s) meu(s) crime(s).	1	2	3	4	NA	<i>Eu nunca pratiquei atos que pudessem ser considerados criminosos</i>
15. Às vezes não consigo controlar-me.	1	2	3	4		
16. Espero que as pessoas me tratem melhor do que tratam as outras pessoas.	1	2	3	4		

- | | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 17. As pessoas com autoridade, normalmente procuram fazer o melhor em prol do meu interesse. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18. Para quê poupar para obter algo, se o podemos obter no imediato/agora? | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19. Não abdicó de obter o respeito que me é devido. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20. Se um polícia/guarda me ordena que faça algo, geralmente há um bom motivo para o fazer. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21. As pessoas que ocupam posições de autoridade geralmente aproveitam-se das outras. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22. Simplesmente nasci criminoso. (sou meramente um “criminoso natural”) | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 23. Mereço mais do que as outras pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 24. Sou da opinião que é melhor desfrutar o dia de hoje, do que preocupar-me com o dia de amanhã. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 25. Não gosto de estar preso/ (cumprir com) a um horário fixo de trabalho. | 1 | 2 | 3 | 4 |

Anexo IV – Escala AS Spectrum

AS Spectrum

(C. Ramos, A. Castro, & M. Basto-Pereira, 2019)

INSTRUÇÕES: Indique com uma (X) até que ponto concorda que as seguintes afirmações caracterizam a sua maneira de pensar ou agir habitualmente, pelo menos desde o início da adolescência (antes dos 15 anos).

Itens	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Não cumprir a lei é um problema apenas se fores apanhado.				
2. Por vezes mentir pode ser a melhor forma de resolver o problema.				
3. Quando os outros me irritam por vezes tenho de ser agressivo ou partir coisas.				
4. Não faz mal correr alguns riscos se isso for divertido ou se for possível tirar partido disso.				
5. Devemos fazer sempre o que nos apetece, mesmo que isso nos venha a trazer problemas.				
6. Pessoas fortes não sentem remorsos dos seus comportamentos.				
7. Tenho pouca admiração por pessoas que sentem necessidade de cumprir as regras todas.				
8. É tão fácil mentir como dizer a verdade.				
9. Já me meti em problemas por andar envolvido em lutas.				
10. Mesmo que eu seja o culpado, pouco me interessa o que acontece aos outros.				
11. Pouco me importa se cumpro ou não os meus compromissos.				
12. Raramente ou nunca sinto remorsos pelo que fiz aos outros.				
13. Não cumprir a lei já me trouxe chatices.				
14. As minhas mentiras já me fizeram perder amigos.				
15. Não me incomoda confrontar outra pessoa, mesmo que para isso tenha que ser agressivo ou tenha que lhe partir alguma coisa.				
16. Já arranjei problemas por ter colocado em risco a minha segurança ou a de outros.				
17. Já me meti em problemas por não cumprir as minhas obrigações (horários, dívidas, etc.).				
18. Não sentir remorsos afecta a minha relação com os outros.				
19. Mesmo que saiba que estou a fazer algo errado, às vezes avanço sem pensar.				
20. Por vezes sem me aperceber já estou a mentir.				
21. Quando perco a cabeça “levo tudo à frente”.				
22. Se tiver de correr riscos corro, mesmo que afete a minha segurança.				
23. As minhas relações pessoais já foram afetadas por não cumprir os meus compromissos.				
24. Não me sinto mal quando ajo impulsivamente e prejudico outras pessoas com os meus atos.				

Anexo V – Questionário de Competências Sociais e Emocionais (SEC-Q)

SEC-Q

(I. Zych, R. Ortega-Ruiz, R. Muñoz-Morales e V. Llorent, 2018;

Versão Portuguesa: R. Lobo, T. S. Almeida, & M. Basto-Pereira, 2019)

Por favor responde a este questionário tendo em conta os últimos 12 meses. Para que os nossos resultados sejam corretos, por favor responde com sinceridade. Todas as tuas respostas serão totalmente confidenciais. Muito obrigado pela tua colaboração. Leia as seguintes afirmações e responde indicando o grau de concordância com cada uma delas utilizando a seguinte escala.

1	2	3	4	5
Discordo Completamente	Discordo Bastante	Não discordo nem concordo	Concordo Bastante	Concordo Completamente
				1 2 3 4 5
				O O O O O
1. Sei como classificar as minhas emoções.				O O O O O
2. Tenho plena consciência dos meus pensamentos que, por sua vez, influenciam as minhas emoções.				O O O O O
3. Consigo diferenciar uma emoção da outra.				O O O O O
4. Sei de que forma as minhas emoções têm influência sobre o que faço.				O O O O O
5. Consigo-me auto motivar.				O O O O O
6. Os meus objetivos são claros.				O O O O O
7. Apesar das dificuldades continuo a perseguir os meus objetivos.				O O O O O
8. Estou ciente do que as pessoas esperam dos outros.				O O O O O
9. Estou atento às necessidades dos outros.				O O O O O
10. Habitualmente posso e sei como posso ajudar os outros que carecem de ajuda.				O O O O O
11. Tenho um bom relacionamento com os meus colegas de estudo ou de trabalho.				O O O O O
12. Normalmente ouço de forma ativa.				O O O O O
13. Ofereço ajuda a quem necessita da minha ajuda.				O O O O O
14. Tomo decisões analisando cuidadosamente as possíveis consequências.				O O O O O
15. Por norma, considero as vantagens e desvantagens de cada uma das opções, antes de tomar uma decisão.				O O O O O
16. Não tomo decisões de forma descuidada.				O O O O O